

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Flávio Belonato Landes

**Um estudo de caso sobre o fluxo escolar e as implicações da qualidade da
educação em uma escola de Santana do Manhuaçu-MG**

**Juiz de Fora
2025**

Flávio Belonato Landes

**Um estudo de caso sobre o fluxo escolar e as implicações da qualidade da
educação em uma escola de Santana do Manhuaçu-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Landes, Flávio Belonato.

Um estudo de caso sobre o fluxo escolar e as implicações da qualidade da educação em uma escola de Santana do Manhuaçu-MG / Flávio Belonato Landes. -- 2025.

117 p.

Orientador: Luiz Flávio Neubert

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Fluxo escolar. 2. Abandono. 3. Evasão escolar. 4. Qualidade da educação. 5. Plano de ação educacional. I. Neubert, Luiz Flávio , orient. II. Título.

Flávio Belonato Landes

Um estudo de caso sobre o fluxo escolar e as implicações da qualidade da educação em uma escola de Santana do Manhuaçu-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 03 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Flávio Neubert - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Marco Aurélio Kistemann Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Kelmer Esteves de Paula
Prefeitura de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 14/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert, Professor(a)**, em 14/04/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Kistemann Junior, Professor(a)**, em 15/04/2025, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelmer Esteves de Paula, Usuário Externo**, em 16/04/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UIf (www2.uif.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2348341** e o código CRC **7CDEBADE**.

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha irmã, e, em especial, à minha esposa, Maria, e aos meus filhos, Ricardo e Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP) da UFJF por todo o suporte e oportunidade de realizar esta pesquisa. Manifesto minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert, cuja orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann e Prof. Dr. Daniel Eveling da Silva, pela valiosa contribuição no processo de qualificação. Aos membros do Suporte Acadêmico, Mônica da Motta Salles Barreto e em especial a Vanely Andressa da Silva, agradeço pelo suporte prestado, à atenção e compreensão desprendida, e à Supervisora de Suporte Acadêmico, Juliana Alves Magaldi, pela empatia e pelo comprometimento com seu trabalho e incentivo a mim dispensado contribuindo significativamente para o término desta pesquisa.

Expresso meus agradecimentos aos colegas, professores e alunos que participaram da pesquisa, contribuindo com suas percepções e sugestões e, assim, enriquecendo o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, agradeço à minha esposa e aos meus filhos pela compreensão e apoio durante os períodos de ausência e dedicação à pesquisa.

A todos, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Esta pesquisa intitulada como “Um estudo de caso sobre o fluxo escolar e as implicações da qualidade da educação em uma escola de Santana do Manhuaçu-MG” teve como foco a Escola Estadual de Santa Filomena (EESF), situada no distrito de Santa Filomena, em Minas Gerais, onde a taxa de evasão entre os anos de 2019 e 2022 chegou a 72% em uma das turmas observadas, fato que chamou a atenção para a seguinte questão: O que pode ser feito para melhorar o fluxo no Ensino Médio na Escola Estadual de Santa Filomena? Como objetivo geral, buscou-se compreender as causas que levam os alunos a interromper seus estudos e propor estratégias que incentivem sua permanência na escola. Para tanto, foram traçados objetivos específicos: descrever a realidade da escola, assim como o número de alunos que deixaram de frequentar o Ensino Médio; analisar os motivos da evasão escolar; propor estratégias que ajudem a manter os alunos na escola de maneira contextualizada com a realidade local. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando métodos como pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas. Foram entrevistados alunos da escola, buscando entender suas percepções, experiências e motivações, e professores, para identificar fatores que contribuem para a evasão. Para fundamentar a pesquisa, foi realizada uma análise histórica do processo educacional, com base nas contribuições de Anísio Teixeira (1957) e outros autores, discutindo a qualidade da educação a partir das teorias de Libâneo (1994) e Saviani (1986). Além disso, foram exploradas concepções sobre fluxo escolar e evasão presentes em Mendes (2013), Tavares Júnior (2014; 2018) e Neubert (2014), os quais reforçam a necessidade de compreender o fenômeno da evasão dentro de um contexto amplo, que envolve não apenas a escola, mas também fatores socioeconômicos e culturais. Com base nas informações coletadas, foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE), contendo propostas de intervenções estratégicas, tais como acompanhamento psicopedagógico, reforço escolar e monitoria acadêmica, além da implementação de oficinas profissionalizantes em parceria com outras instituições. A proposta visou não apenas reduzir os índices de evasão, mas também fortalecer o vínculo dos alunos com a escola e proporcionar um ambiente mais atrativo e motivador para a aprendizagem. A pesquisa demonstrou que a evasão escolar na EESF é resultado de múltiplos fatores, incluindo dificuldades socioeconômicas, desafios acadêmicos e falta de engajamento dos alunos. Os dados coletados indicaram que a criação de

estratégias pedagógicas inovadoras, aliadas a um suporte institucional, pode contribuir para a permanência dos alunos. Dessa forma, o estudo tem possibilidade de fornecer subsídios para a formulação de políticas de gestão educacional, além de dialogar com outras instituições que enfrentam desafios semelhantes.

Palavras-chave: fluxo escolar; abandono, evasão escolar; qualidade da educação; plano de ação educacional.

ABSTRACT

This research, entitled “A Case Study on School Flow and the Implications of Education Quality in a School in Santana do Manhuaçu-MG,” focused on the Santa Filomena State School (EESF), located in the district of Santa Filomena, in Minas Gerais, where the dropout rate between the years 2019 and 2022 reached 72% in one of the observed classes, a fact that drew attention to the following question: What can be done to improve the flow in high school at Santa Filomena State School? As a general objective, the study aimed to understand the causes that lead students to interrupt their studies and to propose strategies that encourage their continued attendance at school. To this end, specific objectives were outlined: to describe the school’s reality, as well as the number of students who stopped attending high school; to analyze the reasons for school dropout; and to propose strategies that help retain students at school in a way that is contextualized with the local reality. The research adopted a qualitative approach, using methods such as documentary research, bibliographic research, and interviews. Students at the school were interviewed to understand their perceptions, experiences, and motivations, as well as teachers, to identify factors that contribute to dropout. To support the research, a historical analysis of the educational process was carried out, based on the contributions of Anísio Teixeira (1957) and other authors, discussing the quality of education from the theoretical perspectives of Libâneo (1994) and Saviani (1986). Furthermore, conceptions of school flow and dropout present in Mendes (2013), Tavares Júnior (2014; 2018), and Neubert (2014) were explored, which reinforce the need to understand the dropout phenomenon within a broad context that involves not only the school but also socioeconomic and cultural factors. Based on the collected information, an Educational Action Plan (EAP) was developed, containing proposals for strategic interventions such as psychopedagogical support, academic tutoring, and monitoring, as well as the implementation of vocational workshops in partnership with other institutions. The proposal aimed not only to reduce dropout rates but also to strengthen students' connection with the school and to provide a more attractive and motivating learning environment. The research demonstrated that school dropout at EESF is the result of multiple factors, including socioeconomic difficulties, academic challenges, and lack of student engagement. The data collected indicated that the creation of innovative pedagogical strategies, combined with institutional support, can contribute

to student retention. In this way, the study has the potential to provide a foundation for the development of educational management policies, as well as to engage in dialogue with other institutions facing similar challenges.

Keywords: school flow; school dropout and abandonment; quality of education; educational action plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	– Evolução da distorção idade-série – Brasil 2017-2023	17
Figura 1	– Localização de Santana do Manhuaçu-MG	40
Quadro 1	– Quadro dos professores em exercício na E. E. de Santa Filomena em 2024	42
Gráfico 2	– Taxa de abandono do EM da Escola em comparação com a média Estadual e do Brasil entre 2017 e 2023	45
Gráfico 3	– Distorção idade-série dos alunos na Escola Estadual de Santa Filomena entre os anos 2017 e 2023	46
Gráfico 4	– Taxa de reprovação EF e EM entre os anos 2017 e 2023	47
Quadro 2	Ação 1 – Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico	77
Quadro 3	Ação 2 – Reforço Escolar e Monitoria Acadêmica	78
Quadro 4	Ação 3 – Oficinas Profissionalizantes e Parcerias com outras instituições	79
Quadro 5	Ação 4 – Monitoria Parental	80
Quadro 6	– Cronograma de acompanhamento das ações	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
ASB	Auxiliares de Serviço Básico
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
EESF	Escola Estadual de Santa Filomena
EVCA	Escola Viva, Comunidade Ativa
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAE	Plano de Ação Educacional
PAV	Projeto Acelerar para Vencer
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNADs	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNADs
PPAs	Planos Plurianuais
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O PAPEL DA EDUCAÇÃO COM FOCO NO ENSINO MÉDIO	23
2.1	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: MARCOS DA LEGISLAÇÃO	25
2.1.1	Ensino Médio em Contexto Nacional	26
2.2	POLÍTICAS BRASILEIRAS QUE TRATAM DA EVASÃO E CORREÇÃO DE FLUXO	33
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SANAR A EVASÃO E CORRIGIR O FLUXO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	36
2.4	O CONTEXTO DA ESCOLA ESTADUAL DE SANTA FILOMENA	40
2.4.1	O fluxo em evidência	44
3	AS IMPLICAÇÕES DA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA COM O FLUXO ESCOLAR	49
3.1	REFERENCIAL TEÓRICO	50
3.1.1	O ensino no Brasil com foco na escola pública	52
3.1.2	Qualidade do ensino	55
3.1.3	Fluxo, abandono e evasão escolar	58
3.2	PERCURSO METODOLOGICO.....	62
3.2.1	Coleta e análise de dados	65
3.2.2	Análise dos fatores sociais e acadêmicos que influenciam o fluxo no Ensino Médio	66
3.2.3	Análise das percepções dos professores sobre a evasão escolar: desafios e propostas para a melhoria da permanência no Ensino Médio	69
4	PLANO DE AÇÃO PARA MELHORIA DO FLUXO NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL DE SANTA FILOMENA	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86

ANEXO A - Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que nunca abandonaram a escola	93
ANEXO B – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola e retornaram	97
ANEXO C – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola e não retornaram	102
ANEXO D – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos professores da Escola Estadual de Santa Filomena	107
APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
APENDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ALUNO MENOR DE IDADE	116

1 INTRODUÇÃO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano. Ela capacita indivíduos com conhecimentos e habilidades necessárias para exercerem suas funções sociais e econômicas, promove valores como a cidadania, a ética e a convivência democrática. A importância da educação transcende o nível individual, afetando diretamente a qualidade de vida das comunidades e o progresso das nações. Para Azevedo (2023, recurso digital), "a educação transcende a mera transmissão de informações; ela atua como um catalisador para a evolução individual e coletiva".

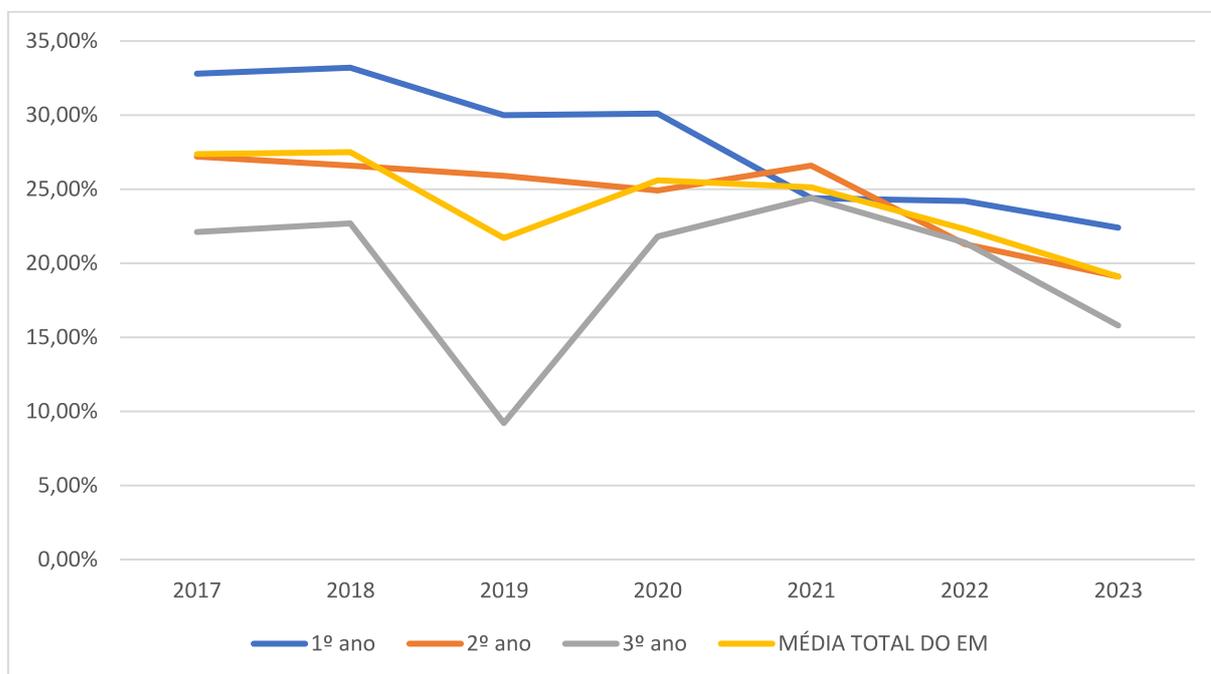
No entanto, o fluxo escolar descontinuado, caracterizado por evasão e repetência, compromete a continuidade educacional e afeta diretamente o rendimento acadêmico. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2022, cerca de 18% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola, evidenciando a gravidade do problema (IBGE, 2023).

Além disso, citamos a distorção idade-série que é um dos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. Esse indicador reflete a porcentagem de alunos matriculados em um determinado ano escolar, mas com idade superior à recomendada para aquela etapa de ensino. As causas desse fenômeno estão associadas a fatores como reprovação, abandono temporário dos estudos e dificuldades socioeconômicas que afetam a trajetória acadêmica dos estudantes.

O ingresso tardio e/ou a repetência são os fatores geradores e muitas são as decorrências pela condição de os alunos estarem em sala de aula acima da idade dos demais. A literatura tem apontado que a repetência gera consequências muito negativas não somente para o indivíduo, mas para o sistema educacional como um todo. Esse fato ocasiona um estímulo à evasão, prejudicando o andamento do estudante no fluxo do sistema educativo, também resultando em desperdício de recursos financeiros e frustrações de perspectivas pessoais (Fritsch; Vitelli; Rocha, p. 221).

Monitorar esses indicadores é fundamental para compreender o fluxo escolar e propor políticas públicas eficazes para reduzir os impactos negativos dessa defasagem. Para tanto buscamos dados que estão apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução da distorção idade-série – Brasil 2017-2023



Fonte: Adaptado de QEdu 2023

Os dados apresentados mostram a evolução da distorção idade-série no Ensino Médio no Brasil entre 2017 e 2023. Observa-se que, no início da série histórica, a taxa média de distorção era elevada, atingindo 27,37% em 2017 e 27,50% em 2018. Esse percentual começou a apresentar uma redução significativa nos anos seguintes, alcançando 21,70% em 2019. No entanto, em 2020, ano marcado pelo impacto da pandemia de COVID-19 e pelo fechamento das escolas, a média da distorção voltou a subir para 25,60%, evidenciando o impacto das dificuldades no ensino remoto e na permanência dos alunos na escola (Qedu, 2023).

Nos anos posteriores, a tendência de queda foi retomada, com destaque para 2023, quando a média de distorção idade-série atingiu 19,10%, o menor percentual registrado na série analisada. Esse dado sugere que políticas voltadas para a recuperação do fluxo escolar e o combate à evasão podem ter surtido efeito, contribuindo para a maior regularização da trajetória escolar dos estudantes.

A análise por série mostra que a distorção idade-série é mais acentuada no primeiro ano do Ensino Médio, o que pode estar relacionado à dificuldade de adaptação dos estudantes à nova etapa escolar e ao histórico de reprovações no Ensino Fundamental. No entanto, ao longo dos anos, percebe-se uma redução

consistente nesse indicador, com o terceiro ano apresentando a maior queda em 2023 (15,80%), (Qedu, 2023). A redução da distorção idade-série ao longo dos anos é um indicativo positivo para a educação brasileira, pois aponta para melhorias no fluxo escolar e na permanência dos alunos no Ensino Médio. No entanto, é essencial garantir que essa tendência de queda seja sustentada.

No Brasil, a educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. O artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Este direito é complementado por outros dispositivos constitucionais, como o artigo 208, que detalha as responsabilidades do Estado em oferecer educação básica obrigatória e gratuita, assegurar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, e garantir o acesso ao ensino médio e superior conforme a capacidade de cada um (Brasil, 1998).

Apesar de ser um direito constitucional, a educação no Brasil enfrenta diversos desafios que impedem sua plena realização, como as desigualdades regionais, estruturas escolares inadequadas, evasão escolar e diferenças socioeconômicas. No que diz respeito ao presente estudo de caso tentaremos identificar as possíveis causas da evasão escolar.

A educação, em seu modelo formal, institucionalizado, sempre foi um privilégio para poucos. A escola, instituição responsável pela educação formal, passou por muitas transformações, mas não deixou de ser elitista e excludente. Souza (2018) afirma que a história educacional brasileira tem sido caracterizada pelo domínio da educação por elites dominantes, cujo interesse principal está voltado para o capital. A escola para todos é algo recente na história da educação brasileira, muitas propostas foram discutidas, principalmente com os movimentos em prol da universalização do acesso à escola, processo que no Brasil toma força a partir da década de 80. Nesse processo a escola passa a atender aos alunos em massa, aumentando o número de escolas e de alunos matriculados. Apesar do aumento de entrada dos estudantes, observa-se em contraponto um número grande de reprovações e de evasão escolar, principalmente no Ensino Médio, objeto da pesquisa, evidenciando que o acesso à escola não garante a permanência dos alunos até a conclusão da educação básica

em idade ideal esperada, ou seja, sem repetências ou evasão escolar, conforme dados apresentados mais adiante.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca compreender o processo educacional e sua relação com o fluxo escolar, contextualizando com a realidade vivenciada por alunos da Escola Estadual de Santa Filomena (EESF), situada no distrito de Santa Filomena, Santana do Manhuaçu - MG. Para tanto busca-se desenvolver um estudo de caso através de pesquisa qualitativa com a colaboração de diferentes sujeitos que fazem parte da comunidade escolar pesquisada.

A necessidade de pesquisar a EESF se deu diante da minha atuação profissional como gestor desta instituição, Flávio Belonato Landes, graduado em Pedagogia, com especialização em Educação Inclusiva, lotado em duas escolas estaduais, ambas com aproximadamente 800 alunos. Nomeado em 2013 para o cargo de Professor dos Anos Iniciais na Rede Estadual de Ensino de Minas Geras, em seguida, em 2014, aprovado em novo concurso para o cargo de Especialista em Educação, sendo nomeado em agosto de 2017, na mesma rede de ensino.

Após realização de processo de certificação ocupacional para o cargo de diretor escolar de Minas Gerais, foi nomeado diretor desta escola por indicação da Superintendência Regional de Ensino (SRE) no mês de fevereiro de 2022, escola essa na qual eu nunca havia trabalhado. Ao final do ano de 2022 aconteceu um novo processo de escolha de diretor, onde foi eleito pela comunidade escolar, desde então atua como diretor da EESF, com dedicação exclusiva ao cargo, afastando-se, portanto, dos cargos de professor dos Anos Iniciais e Especialista em Educação em outras escolas.

A Escola Estadual de Santa Filomena (EESF) fica a aproximadamente 30 quilômetros de distância da cidade de Santana do Manhuaçu-MG, cidade a qual o Distrito pertence, o que dificulta a chegada dos profissionais para trabalhar, principalmente nos períodos de chuva, pois as estradas de acesso não possuem pavimentação por aproximadamente 8 quilômetros.

Com base nos dados coletados pelo diretor através do registro de matrículas, a escola apresenta taxa de 72% de alunos que deixaram de frequentar a escola em uma turma observada entre 2019 e 2022. Neste contexto buscamos compreender, contextualizar e identificar o que aconteceu para esses alunos deixarem de frequentar a escola. Na literatura pesquisada não encontramos consenso no termo utilizado para

esse evento, pois, alguns autores utilizam o termo “abandono escolar”, enquanto outros, “evasão escolar”.

Para Abramovay e Castro (2003) a evasão escolar refere-se ao aluno que deixa a escola, mas com a possibilidade de retorno à mesma, enquanto o abandono escolar ocorre quando o estudante deixa a escola em definitivo.

Já o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (2010) diz que “abandono” significa a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na evasão o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar. Para este trabalho adotaremos os termos utilizados pelo INEP.

Além disso, é importante considerar que a distinção entre evasão e abandono escolar não é apenas conceitual, mas também possui implicações práticas para a formulação de políticas educacionais e estratégias de intervenção. Compreender essa diferença permite uma análise mais precisa da realidade educacional local e das necessidades específicas dos alunos. Porém para o diretor escolar, é difícil saber se houve abandono ou evasão, pois o aluno pode sair de uma escola e ir para outra na mesma rede de ensino o diretor conseguiria ver a matrícula na rede, mas quando o aluno troca de rede fica difícil encontra-lo.

Diante desses preceitos, quando se tem informações de que os alunos não se mudaram e que geralmente não estão matriculados em outras escolas, o que sugere é que a escola apresenta maior taxa de evasão escolar e não abandono, fato que será investigado e discutido na análise de dados.

É neste contexto que se insere a investigação deste estudo, uma vez que se busca resposta para a questão: **O que pode ser feito para melhorar o fluxo no Ensino Médio na Escola Estadual de Santa Filomena?** O que leva a possíveis indagações sobre o contexto escolar, que apresenta uma escola pouco atrativa, e excludente, além de falta de uma cultura onde os alunos demonstram interesse e dedicação aos estudos.

O presente estudo tem como objetivo geral: compreender as causas que levam os alunos do Ensino Médio a interromper seus estudos e propor estratégias que incentivem sua permanência na escola. Para tanto traçamos objetivos específicos: descrever a realidade da escola, assim como o número de alunos que deixam frequentar o Ensino Médio; analisar os motivos da evasão escolar; propor estratégias

que ajudem a manter os alunos na escola de maneira contextualizada com a realidade local.

Essa permanência dos alunos na escola com intuito de completar a formação básica influencia diretamente a vida das pessoas da cidade, pois, para Ferreira e Oliveira (2020, p. 40) “uma educação bem trabalhada torna o país mais desenvolvido, portanto, é necessário um planejamento que evite a evasão escolar”. Neste contexto, uma boa formação básica poderá ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas da comunidade. A EESF, é uma escola que possui turmas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio – objeto da pesquisa - que atende parte da população do município, sendo um âmbito educacional que visa à formação de cidadãos participativos na sociedade.

O trabalho está dividido em cinco capítulos de estudos, sendo eles: a introdução, o capítulo descritivo e um analítico, que servirão de base para a proposta de um plano educacional que possa contribuir com a escola na diminuição da incidência de alunos que deixam de frequentar a escola, além das considerações finais.

Na presente introdução apresentamos em linhas gerais os caminhos seguidos na pesquisa, além da contextualização do pesquisador no âmbito institucional em que está inserido. No capítulo 2, é relatado um pouco sobre a história da educação e, em seguida, breve relato sobre a educação no Brasil e o status da educação atual com foco na legislação e os marcos que tratam do Ensino Médio no Brasil. Além da contextualização da escola objeto de estudo, apresentando sua caracterização e as evidências que corroboram com o problema da pesquisa.

No capítulo 3, discutimos as relações existentes entre a qualidade da educação pública e os problemas de fluxo escolar. Para tanto faremos uma busca histórica do processo educacional para tentar compreender as mudanças e permanências do no processo de ensino com as contribuições de Anísio Teixeira (1957) e outros, discutiremos a qualidade da educação trazendo as teorias de Libâneo (1994), Saviani (1986) e ainda traremos teorias e conceitos relacionados ao tema discutidos por autores como Marcelo Simões Mendes (2013), Fernando Tavares Júnior (2014), Luiz Flávio Neubert (2014) que corroboram com as indagações sobre o fluxo escolar. Buscaremos dados que possam elucidar as questões iniciais e encontrar possíveis

resposta para explicar os motivos dos alunos da E. E. de Santa Filomena deixarem de frequentar as aulas.

Para realização da pesquisa realizamos um percurso metodológico baseado em diferentes fases, que são: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica acrescida de pesquisa de campo, entrevistas, questionários e análise de dados. Para coleta de dados, aplicamos questionários para 11 professores e obtivemos respostas de 08, enquanto entregamos os questionários aos 35 alunos do Ensino médio, obtendo respostas de 19 deles, objetivando elucidar as possíveis causas de evasão. Tentamos entrevistar alguns alunos que evadiram da escola, buscando entender suas motivações e realidade vivenciada. O formulário foi entregue a 2 alunos que evadiram. Eles pediram tempo para analisar e responder ao questionário, porém não obtivemos retorno, mesmo após uma segunda tentativa via telefone.

Após a análise dos dados obtidos desenvolvemos no capítulo 4 um Plano de Ação Educacional (PAE) focado na redução da evasão escolar e na melhoria do fluxo no Ensino Médio da Escola Estadual de Santa Filomena (EESF). O objetivo principal é responder à questão de pesquisa sobre como melhorar o fluxo de alunos na escola, abordando fatores como dificuldades socioeconômicas, desafios acadêmicos e a conciliação entre estudo e trabalho. O plano é fundamentado nas causas da evasão escolar identificadas e propõe ações voltadas ao acolhimento psicopedagógico, reforço escolar e oficinas profissionalizantes, com o envolvimento da comunidade escolar e parcerias externas. Através de uma avaliação contínua das ações implementadas, o plano busca promover um ambiente mais motivador, garantindo a permanência dos alunos e o engajamento das famílias no processo educacional.

2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO COM FOCO NO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo será discutido o papel da educação na sociedade, com foco nas nuances do Ensino médio, apresentando como objetivo, descrever a realidade da escola, assim como o número representativo de alunos que deixam de frequentá-la

A educação desempenha um papel central na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, pois possibilita ao educando a formação integral, ou seja, o desenvolvimento dos indivíduos nas dimensões física, intelectual, social e emocional, através de processos intrínsecos ao processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido a BNCC corrobora trazendo a ideia de formação integral o que o texto chama de “desenvolvimento humano global”:

(...) a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

Isso coloca as escolas em evidência, pois, elas são as instituições formais, responsáveis pelo processo de formação no âmbito educacional.

Nesse contexto, a discussão central deste trabalho é o fluxo escolar. Ao longo do estudo, analisaremos dados nacionais e estaduais, que serão comparados com as informações da escola objeto de nossa pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas que influenciam o fluxo escolar e suas implicações na qualidade da educação, em especial no ensino médio.

O acesso e a permanência dos estudantes na educação básica são fatores primordiais para o avanço educacional, pois, de acordo com Soares e Alves (2017), a universalização do ensino e a garantia de continuidade na educação básica representam aspectos essenciais para o desenvolvimento educacional no Brasil. Os autores destacam que, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, ainda não foi possível assegurar que todos os alunos não apenas ingressem, mas também concluam a educação básica com sucesso. A permanência dos alunos na escola é

crucial para proporcionar uma educação contínua e de qualidade, permitindo que os estudantes adquiram as competências e habilidades necessárias para o futuro.

Nora Krawczyk (2009) em “O ensino médio no Brasil” traz uma análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 que, consideradas as pessoas com idade de 15 a 17 anos, entre os 20% mais pobres apenas 24,9% estava matriculada no ensino médio, enquanto entre os 20% mais ricos 76,3% frequentava esta etapa do ensino. Isso mostra a notável diferença de acesso ao ensino médio pelas classes mais pobres. Porém, esse acesso ainda se mostra desigual no grupo dos mais pobres, pois no recorte étnico-racial apenas 37,4% da juventude negra acessava o ensino médio, contra 58,4% branca. Ainda entre os que vivem no campo, apenas 27% contra 52% da área urbana frequentavam o ensino médio.

Na análise da autora, a qualidade do ensino, aferida pelos exames, também é marcada pelas desigualdades, pois, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2005) foi de 3,4 para o ensino médio nacional, para estudantes da rede privada foi de 5,6 e para os das redes públicas 3,1. Já em 2023, a média nacional ficou em 6,0 citando que a média para as escolas da rede privada com 7,2 e 5,7 para as escolas da rede pública (INEP,2023).

Com base nos dados apresentados, ao longo do tempo, percebe-se que, embora o acesso ao ensino médio tenha avançado, as desigualdades ainda persistem. Em 2006, a pesquisa de Nora Krawczyk (2009) já apontava uma diferença significativa na matrícula entre os jovens mais ricos e mais pobres, bem como disparidades relacionadas a fatores étnico-raciais e à localização urbana ou rural. Esses desafios indicam que a inclusão educacional não ocorre de forma equitativa para todos os grupos sociais. Além do acesso, a qualidade do ensino também tem apresentado melhoras, conforme demonstram os índices do IDEB. Em 2005, a média nacional era de 3,4, sendo que a rede privada possuía um desempenho muito superior ao da rede pública. Já em 2023, a média nacional subiu para 6,0, evidenciando um avanço, mas ainda mantendo a discrepância entre os setores público e privado. Dessa forma, a análise dos dados ao longo dos anos revela que houve avanços na educação brasileira, mas a desigualdade educacional permanece um obstáculo para a garantia de um ensino de qualidade para todos. Ainda que as médias tenham melhorado, é fundamental que políticas educacionais continuem a ser implementadas para reduzir as disparidades de acesso e aprendizado entre os diferentes grupos sociais.

Diante disso, neste capítulo abordaremos dados educacionais e marcos na legislação, que tratam das políticas educacionais voltadas para correção de fluxo no Brasil e Minas Gerais. Por último, contextualizamos a Escola Estadual de Santa Filomena, demonstrando dados que evidenciam o fluxo escolar e seus desdobramentos.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: MARCOS DA LEGISLAÇÃO

Ao consultar o dicionário encontramos que o termo educar significa: “promover o desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano” (Ferreira, 2004, p.251). Neste contexto, de acordo com os preceitos apontados por Libâneo (2012), a educação deve ser considerada um elemento essencial para alcançar a cidadania plena, garantindo elevados padrões de qualidade tanto na oferta educacional quanto nos resultados obtidos. Ela desempenha um papel crucial na luta contra as desigualdades sociais e a exclusão social. A integração da escola com o mundo do trabalho proporciona uma oportunidade para realizar a cidadania, através da assimilação de conhecimentos, habilidades técnicas e novas formas de solidariedade social. Esta articulação fortalece a conexão entre o trabalho educacional e as iniciativas sociais.

O exercício de educar vem sendo utilizado desde muito tempo, pois, a educação está muito além do que a que se encontra apenas em ambiente escolar. Melo (2012), cita que movimentos importantes aconteceram nas primeiras décadas do século XX, que contribuíram para o cenário atual da educação brasileira. Dentre esses movimentos, documentos e marcos da legislação podemos elencar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, documento elaborado por 26 intelectuais que propunha a renovação educacional do país. Dentre os assinantes do documento, podemos destacar Anísio Teixeira, que defendia a educação de qualidade, de forma integral e que proporcionasse o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Avanços substanciais foram conseguidos a partir da Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e gratuidade do ensino público, melhorando a possibilidade da “Universalização do Ensino”. Neste contexto, citamos o Art. 3º e alguns de seus princípios como o inciso I que defende a “igualdade de condições para

o acesso e permanência na escola” e o inciso VI que garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. Citamos ainda a gratuidade para os alunos do ensino fundamental conforme Art. 4, inciso I, que preconizava o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

Diante disso, citamos outro avanço quando a educação básica obrigatória e gratuita passa a ser para alunos dos 4 aos 17 anos de idade, que se deu após aprovação da Emenda Constitucional n.º. 59/2009, com nova redação ao artigo 208 que em seu inciso I diz: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Esses avanços legislativos representam um passo significativo em direção à democratização da educação no Brasil, garantindo que um número cada vez maior de crianças e adolescentes tenham acesso a uma formação de qualidade. No entanto, é essencial que as políticas públicas continuem a evoluir, não apenas ampliando o acesso, mas também assegurando a permanência e o sucesso escolar desses alunos, por meio de medidas que combatam a evasão, reduzam as desigualdades e promovam um ensino eficiente.

2.1.1 Ensino Médio em Contexto Nacional

O ensino médio no Brasil é uma etapa crucial da educação básica, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o Artigo 208 determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "ensino médio gratuito para todos" (Brasil, 1998). Porém, a trajetória da educação e em especial do Ensino Médio nem sempre foi gratuita, prevista em lei.

Neste contexto, citamos a Reforma Capanema de 1942, estabelecida pelo Decreto-lei n. 4.244/1942, reestruturou o ensino secundário no Brasil, impondo um formato fortemente abrangente em conteúdo e um sistema de avaliação voltado para o ingresso no ensino superior. Esse modelo favorecia as elites, uma vez que não previa investimentos suficientes, além de consolidar um ensino voltado para as necessidades do mercado de trabalho e da indústria. Como destaca Rusch (2022, p. 10), "a Reforma Capanema, com seu currículo enciclopédico e foco nas elites, contribuiu para um modelo educacional que não atendia à maioria da população e

favorecia as classes mais altas no acesso ao ensino superior". Diante disso, a reforma instaurou uma dicotomia entre formação geral e profissional, destacando a forte relação entre educação e interesses econômicos da época (Rush, 2022).

Vemos nesse período a educação no modelo propedêutico sendo oferecida à elite e a educação profissionalizante sendo oferecida aos filhos dos trabalhadores, Cury *et al* (1982), apresentam a seguinte síntese:

No período de 1930 a 1961 foram, pois, bastante acentuadas as funções propedêutica e profissionalizante no Brasil. Ambas estavam em consonância com a modernização do País, visando a formar, de um lado, a elite dirigente urbana capaz de dar suporte à política de industrialização e, de outro, a qualificação da mão-de-obra nos limites necessários ao funcionamento do modelo urbano/industrial (Cury *et al*, 1982, p. 20 *apud* Rush, 2022, p. 11).

Em seguida no período da ditadura militar (1964-1985), a Lei n. 5.692/1971 promoveu mudanças significativas no sistema educacional, afetando os ensinos de 1º e 2º graus. Com o aumento dos investimentos governamentais na industrialização, tornou-se essencial capacitar trabalhadores para atender essa demanda. Assim, em 1971, o ensino básico foi reorganizado, redefinindo o ginásio como 1º Grau e o colegial como 2º Grau. Além disso, foi imposta a obrigatoriedade da formação profissional no ensino secundário, adaptando-o às necessidades do mercado de trabalho da época (Rusch, 2022). Ramos e Frigotto (2007) relata que essa ação não obteve o êxito esperado, pois houve uma crescente função propedêutica do ensino técnico.

Nos anos 90 a atenção sobre o tema da educação estava em foco e crescia no mundo todo. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, um documento firmado durante uma conferência mundial na Tailândia, traça um plano para sancionar os problemas relacionados à aprendizagem. De acordo com a UNICEF a Declaração foi um documento histórico adotado durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990 (UNICEF, 1990).

Esse documento estabeleceu compromissos globais e metas para garantir a educação básica para todos os indivíduos, enfatizando a importância da equidade, acesso, qualidade e sustentabilidade no campo educacional. A Declaração delineou um plano de ação que visava reduzir as disparidades educacionais, promover a alfabetização e a educação de qualidade ao longo da vida, além de fortalecer parcerias entre governos, organizações internacionais e sociedade civil para alcançar

esses objetivos. No Brasil é criado o Plano Decenal de Educação para Todos, com metas a serem cumpridas de 1993 a 2003 (Brasil, 2025).

Fato importante é a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes gerais da educação no Brasil, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior. Seu objetivo era garantir a organização do sistema educacional brasileiro, promovendo acesso, permanência e qualidade no ensino.

Em 1996, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), uma política pública que assegurava recursos financeiros para o ensino fundamental, uma década mais tarde, esse programa se tornou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), incluindo também o ensino infantil e o ensino médio entre as prioridades.

Ainda foram produzidos leis e documentos importantes para organizar, planejar e gerar coerência na política educacional do país: a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Nacionais Curriculares, em 1997, e o Plano Nacional de Educação, em 2001.

Em 2004, é sancionado o Decreto n. 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Este decreto permite a organização de cursos de educação profissional de forma articulada com o ensino médio, seja de maneira integrada, concomitante ou subsequente, visando proporcionar uma formação que atenda às demandas do mercado de trabalho e às necessidades de formação integral dos estudantes. De acordo com Ramos e Frigotto (2007) era necessário

[...] retomar a construção interrompida em 1997 quando especialmente a rede federal procurou fundamentar seu projeto político-pedagógico no conceito de educação tecnológica com perspectiva politécnica. Com isto, mais importante do que a conquista jurídica era a conquista ético-política de se debater sob que princípios se guiaria a integração entre os cursos ou a formação integrada, os quais se condensaram no que passamos a designar como a proposta do Ensino Médio Integrado (Ramos; Frigotto, 2007 *apud* Brandão, 2011).

Citamos ainda o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabeleceu metas para a educação brasileira

na década seguinte. Uma das metas era reduzir em 50% as taxas de repetência e abandono escolar até 2006, visando melhorar o fluxo escolar e diminuir a distorção idade-série (Brasil, 2001).

Neste período o Ensino Médio passa a ser anunciado como universalizado e disponibilizado de forma gratuita, considerando-se sua obrigatoriedade, conforme a Lei n. 12.061/2009, que altera o disposto II do artigo 4º da LDB n. 9.394/1996: onde lia-se anteriormente “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” passou a ser “universalização do Ensino Médio gratuito”; assim como, ao estabelecer a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade, a partir da Lei n. 12.796/2013, apresentou o Ensino Médio como parte da Educação Básica e como dever do Estado.

Como em governos anteriores, podemos encontrar o interesse empresarial nas decisões do Governo Federal acerca das medidas da Educação Básica brasileira, tanto nas políticas públicas quanto em decisões curriculares, as justificativas para tal interlocuções seriam as altas evasões escolares, e os baixos índices de desempenho nas avaliações externas, principalmente no ensino médio, o que demandaria uma reforma. Estas taxas são monitoradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que diz:

dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino (INEP, 2017).

É neste cenário que em 2016, o governo federal apresenta, por meio de Medida Provisória de n. 746/2016, a denominada Reforma do Ensino Médio. De acordo com o documento, a formação geral básica obrigatória e as chamadas competências específicas e habilidades devem ser organizadas em quatro áreas de conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Percebe-se uma redução da carga horária de disciplinas como Educação Física, Arte, Filosofia e Sociologia no currículo, que são de suma importância para a formação humana e de caráter social do indivíduo, privilegiando o ensino voltado ao

mercado de trabalho. Os proponentes da reforma justificam que essas disciplinas apareceram de forma integrada nas quatro áreas de formação da BNCC/EM. Essa priorização, no entanto, pode impactar negativamente a permanência dos estudantes na escola, pois disciplinas de caráter mais reflexivo e cultural contribuem para o engajamento e o interesse dos alunos, favorecendo a redução da evasão escolar.

Ao utilizar como justificativa a crítica à LDB n. 9.939/96 – de que seria muito extensa e engessada, a proposta estabelecida é a de que o estudante poderia aprofundar-se na área de ensino que elegeesse, de maior afinidade. O maior obstáculo encontrado está na precariedade do sistema educacional público, em especial em pequenas cidades interioranas, onde as estruturas e os investimentos são escassos.

Essa desigualdade na oferta limita o acesso dos estudantes aos itinerários formativos, podendo aumentar a desmotivação e o abandono escolar, agravando os desafios do fluxo educacional. Assim sendo, o jovem que deve ser “ator principal” do seu aprendizado, não tem a sua disposição todos os mecanismos dispostos para a devida atuação. Segundo Andrade e Motta (2022),

[...] a afirmação de que os jovens terão “liberdade de escolha”. Primeiramente, deve-se reparar a omissão de que, embora sejam cinco itinerários formativos previstos, a lei obriga o oferecimento de, no mínimo, dois itinerários. Em sendo assim, a dita escolha entre cinco opções pode ser entre apenas duas, três ou quatro. Ademais, omite-se também que as possibilidades de escolha provavelmente refletirão as conhecidas desigualdades regionais: pensando em termos de estrutura, não parece crível que nos tantos municípios que têm apenas uma única escola de Ensino Médio[...] (Andrade; Motta, 2022. p. 57-58).

Diante desse cenário, a proposta de reforma do Ensino Médio, ao prometer liberdade de escolha e flexibilidade curricular, esbarra nas desigualdades estruturais e na precariedade dos recursos educacionais disponíveis. A análise de Andrade e Motta (2022) ressalta que, embora a legislação busque oferecer diferentes itinerários formativos, as limitações práticas e as condições desiguais entre as regiões do país comprometem a efetividade dessas promessas. Como consequência, a dificuldade de acesso a itinerários variados pode levar ao desinteresse dos estudantes e ao aumento das taxas de evasão, prejudicando o fluxo escolar e o cumprimento das metas do PNE vigente para a universalização do ensino médio. Assim, é imperativo que as políticas educacionais não apenas definam diretrizes, mas também garantam os meios

necessários para que todos os estudantes realmente tenham acesso a uma educação de qualidade.

Neste sentido citamos o PNE (2014-2024) instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que cumpre a função de articular os esforços nacionais em regime de colaboração, tendo como objetivo universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 04 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população, elevar a taxa de alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior, ampliar o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação.

Nesse documento está previsto que toda a população de 6 a 14 anos deve frequentar a escola e pelo menos 95% dela deve concluir o ensino fundamental na idade adequada, isto é, sem defasagem de aprendizagem, até o final da vigência do PNE (2024). Todos os jovens de 15 a 17 anos deveriam estar matriculados na escola até 2016, independentemente da etapa de ensino em que fossem inseridos, incluindo o ensino fundamental, se necessário. No entanto, até o final da vigência do PNE, em 2024, a meta 3 estabelece que pelo menos 85% desses jovens estivessem matriculados no ensino médio, etapa educacional adequada para essa faixa etária, garantindo a universalização do acesso e a redução da distorção idade-série (Brasil, 2014).

O alcance das metas educacionais previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), como a matrícula de 85% dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio e a conclusão do ensino fundamental por 95% das crianças de 6 a 14 anos, depende fortemente da eficácia das políticas públicas implementadas. As políticas públicas desempenham um papel crucial ao fornecer as diretrizes, estratégias e recursos necessários para enfrentar desafios e promover melhorias no sistema educacional. Portanto, é fundamental que essas políticas sejam bem formuladas e executadas para garantir que as metas estabelecidas sejam cumpridas e que a educação de qualidade seja acessível a todos. A implementação bem-sucedida dessas políticas não só ajudará a atingir as metas do PNE, mas também contribuirá para o desenvolvimento educacional e social do país como um todo.

Uma política pública é um conjunto de ações e diretrizes formuladas pelo governo, com o objetivo de solucionar problemas específicos ou promover melhorias

em áreas que afetam a sociedade como um todo. “As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (Sebrae, 2008, p. 5).

Essas políticas são desenvolvidas através de processos que envolvem a identificação de problemas, a formulação de estratégias, a implementação de ações e a avaliação dos resultados. Elas abrangem diversas áreas, como saúde, segurança, economia, meio ambiente e educação, entre outras, e são fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar de uma nação.

Laswell (2018) afirma que, política pública são ações sociais coletivas que têm por objetivo à garantia de direitos perante a sociedade, envolvendo compromissos e tomadas de decisões para determinadas finalidades

Pereira (2010) define políticas públicas como iniciativas e programas criados pelo Estado, através do governo e seus representantes, com o objetivo de responder às demandas e necessidades da população, promovendo o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Dentro desse amplo espectro, as políticas públicas educacionais ocupam um papel crucial para promover o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos, garantindo a equidade no sistema educacional e melhores resultados de aprendizagem. Para Saviani (2008) política educacional refere-se às decisões tomadas pelo Estado em relação ao setor educacional e que no Brasil, essa política é caracterizada por uma série de reformas que visam enfrentar os desafios existentes na área, mas que muitas vezes resultam em uma abordagem fragmentada e de eficácia limitada.

Essas políticas podem incluir desde a construção de escolas e a formação de professores até a reformulação de currículos e a oferta de bolsas de estudo. Elas visam não apenas a universalização do acesso à educação, mas também a garantia de que os estudantes permaneçam na escola e tenham condições adequadas para aprender e se desenvolver. O processo não é simples e foi preciso muita luta e movimentação de estudiosos para chegar ao patamar que a educação se encontra atualmente, com acesso “universal”.

2.2 POLÍTICAS BRASILEIRAS QUE TRATAM DA EVASÃO E CORREÇÃO DE FLUXO

A evasão escolar e a correção de fluxo são desafios significativos no sistema educacional brasileiro. Ao longo dos anos, diversas políticas foram implementadas para enfrentar esses problemas. Primeiramente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/1961, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional fato importante para consolidar o papel do Estado na oferta da educação e fortalecer o sistema público de ensino.

A Lei aborda muitos aspectos da educação, podendo citar a obrigatoriedade da educação, a responsabilidade dos pais e do Estado, e a organização do sistema educacional para garantir a permanência dos alunos na escola. Ela aborda o acesso à educação e as condições para que os estudantes permaneçam na escola, tratando da obrigatoriedade e da gratuidade da educação em diversos níveis, porém não no Ensino secundário, equivalente ao atual Ensino Médio. Neste sentido a legislação corrobora para a notoriedade de que o Ensino Médio, por não ser gratuito ainda era de acesso para poucos.

A partir da década de 1980, avanços significativos foram alcançados na educação brasileira, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esses avanços foram posteriormente reforçados pela Lei Nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que promoveu mudanças estruturais importantes, como a organização da Educação Básica em níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), a valorização do ensino técnico e profissionalizante e a inclusão de novos componentes curriculares.

Com o objetivo de reduzir os altos índices de evasão escolar, o governo federal passou a implementar diversas políticas públicas que priorizam a frequência escolar como um de seus princípios.

Um exemplo de política voltada à permanência escolar é o Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e atualizado em sua versão mais recente pela Lei 14.601, de 19 de junho de 2023. Trata-se de uma política pública de transferência direta de renda que visa combater a pobreza e a desigualdade social.

Uma das principais características do programa é a condicionalidade, que determina que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos em idade escolar

matriculados e com frequência mínima nas aulas. Essa exigência tem um impacto significativo na permanência dos alunos na escola, desempenhando um papel crucial na redução da evasão escolar.

Além disso, o programa estabelece que crianças e adolescentes de 6 a 17 anos devem estar matriculados na escola e frequentar as aulas regularmente. Essa exigência contribuiu para um aumento significativo na matrícula escolar, especialmente entre famílias de baixa renda que, sem esse incentivo, poderiam enfrentar dificuldades para manter seus filhos na escola (Brasil, 2023).

Os resultados de uma revisão sistemática de Santos *et al* (2019) indicam que existem evidências de que o Programa Bolsa Família exerce um impacto significativo em indicadores educacionais relacionados às suas condicionalidades, como a frequência escolar e as taxas de abandono escolar. Nas palavras dos autores:

“aponta-se que independentemente da unidade de análise, se aluno ou escola, o PBF mostrou-se capaz de produzir resultados positivos para a frequência escolar e as taxas de abandono, principalmente. Apesar disso, ressalta-se que os principais motivos de abandono escolar pelos beneficiários foram a necessidade de trabalhar, seguida da falta de vontade em dar continuidade aos estudos, além da gravidez precoce entre as mulheres” (Santos *et al*, p.2244).

Contudo, a exigência de frequência escolar regular para receber o benefício ajuda a combater a evasão escolar. As famílias têm um incentivo financeiro direto para garantir que seus filhos não abandonem a escola, resultando em menores taxas de abandono escolar entre os beneficiários do programa. Ao assegurar a permanência dos alunos na escola, o programa também contribui para a melhoria do desempenho escolar.

A continuidade nos estudos é essencial para o desenvolvimento acadêmico, e a presença regular dos alunos em sala de aula permite que eles acompanhem o conteúdo curricular e desenvolvam habilidades fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social. O programa inclui mecanismos de monitoramento e fiscalização para garantir que as condicionalidades sejam cumpridas. As escolas são responsáveis por informar ao governo a frequência dos alunos, e o não cumprimento das exigências pode resultar na suspensão do benefício, o que reforça a importância da frequência escolar. Esse acompanhamento constante tem se mostrado essencial para evitar a evasão e manter os estudantes no ambiente escolar.

Nesse contexto de políticas voltadas à permanência dos alunos na escola, também se destaca o Programa Mais Alfabetização, de alcance nacional e regido pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. Adaptado e implementado em Minas Gerais a partir do mesmo ano, esse programa teve como principal objetivo a correção do fluxo escolar nos primeiros anos do Ensino Fundamental, garantindo que as crianças fossem alfabetizadas na idade certa. Dessa forma, ao prevenir a repetência e a evasão nos anos subsequentes, contribuiu indiretamente para a melhoria do fluxo escolar como um todo, mesmo não abrangendo o Ensino Médio diretamente.

Seguindo essa linha de atuação, outra ação governamental relevante foi a implementação do Programa Mais Educação, criado em 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Essa iniciativa buscou promover a educação em tempo integral nas escolas públicas, oferecendo atividades complementares ao currículo regular.

O objetivo principal é melhorar o desempenho escolar e reduzir a evasão escolar. Ele estende o tempo que os alunos passam na escola, ocupando-os com atividades educativas e culturais. Ao aumentar a jornada escolar, os alunos têm menos tempo livre para se envolver em atividades de risco e mais oportunidades de aprendizagem, o que contribui para reduzir a evasão escolar. Prosseguindo com essa linha de ação, o Programa Novo Mais Educação, de 2016, continua os objetivos do Programa Mais Educação, visando a melhoria do aprendizado em língua portuguesa e matemática e a redução da evasão escolar.

Além disso, a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014-2024 define metas que ajudam no combate à evasão escolar, através de suas diretrizes que englobam universalização do acesso à educação, a promoção da educação integral, a valorização dos profissionais da educação, a melhoria da infraestrutura escolar, a inclusão e diversidade, e o monitoramento contínuo dos progressos. Esses esforços conjuntos visam assegurar que todos os alunos brasileiros tenham a oportunidade de permanecer na escola e receber uma educação de qualidade.

Posteriormente, a Lei nº 13.415/2017, que ao reformar o ensino médio, introduz uma série de mudanças destinadas a tornar esse nível de ensino mais flexível, atrativo e relevante para os estudantes. A flexibilização do currículo, a integração com a formação técnica e profissional, a ampliação da jornada escolar, o fortalecimento das

disciplinas essenciais, o apoio pedagógico e as parcerias estratégicas são medidas que, em conjunto, contribuem para aumentar o engajamento dos alunos, melhorar seu desempenho acadêmico e reduzir significativamente as taxas de evasão escolar.

Por fim, citamos o Programa Pé-de-Meia que foi instituído pela Lei nº 14.818, em 16 de janeiro de 2024, com o objetivo de fortalecer a educação e garantir a permanência dos alunos nas escolas. Em seu Art. 2º ela traz “objetivos do incentivo financeiro-educacional destinado à permanência e à conclusão escolar” em especial o inciso III que preconiza “reduzir as taxas de retenção, de abandono e de evasão escolar”. Para ter acesso ao incentivo, a lei prevê que os estudantes devem atender a certos requisitos: efetivar a matrícula no início do ano letivo, manter frequência mínima de 80% e concluir o ano letivo com aprovação.

Em síntese, essas políticas refletem os esforços para enfrentar a evasão escolar e corrigir os fluxos educacionais, adaptando-se às mudanças e necessidades do contexto educacional ao longo dos anos.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SANAR A EVASÃO E CORRIGIR O FLUXO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Minas Gerais, tem enfrentado o desafio da evasão escolar e da correção de fluxo no sistema educacional. Para combater esses problemas, o governo estadual implementou diversas políticas públicas ao longo dos anos, com o objetivo de garantir a permanência dos alunos na escola e melhorar os índices de sucesso educacional.

O Governo iniciou uma série de reformas administrativas, no setor educacional, e diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação pública e resolver os problemas identificados.

Entre esses projetos, destacou-se no ano de 2007 o Programa Poupança Jovem por meio do Decreto nº 44.476/2007, que visava incentivar a permanência de estudantes do ensino médio na escola e promover o desenvolvimento social de jovens em situação de vulnerabilidade.

O programa oferecia uma poupança de R\$ 3.000,00 aos alunos que concluíssem o ensino médio, desde que cumprissem critérios como frequência escolar mínima de 85%, participação em atividades complementares e ausência de reprovação. A dissertação de Helen Cristina do Carmo (2015), investigou os impactos

dessa iniciativa, evidenciando que os jovens participantes avaliaram positivamente o programa, destacando o incentivo financeiro como um fator motivador para a conclusão dos estudos. Contudo, também foram apontadas falhas, como a falta de acompanhamento contínuo e a necessidade de aprimoramento nas atividades oferecidas. Os participantes sugeriram melhorias que poderiam contribuir para o avanço de políticas públicas voltadas para a juventude.

Em suma, embora o Programa Poupança Jovem tenha sido bem recebido pelos beneficiários e tenha contribuído para a permanência escolar, o estudo indicou a necessidade de ajustes para maximizar seus benefícios e assegurar um impacto duradouro na vida dos jovens.

Entre esses projetos, destacou-se no ano de 2008, por meio da Resolução nº 1.033 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, o Projeto Acelerar para Vencer (PAV) foi disseminado em todo o Estado com o objetivo de corrigir o fluxo escolar dos estudantes que estavam em situação de distorção idade-série. O programa oferecia classes de aceleração para que esses alunos pudessem recuperar o atraso escolar e se reintegrar ao ano letivo adequado, contribuindo para a diminuição da evasão escolar e a correção do fluxo.

Neste contexto de inovação curricular o Programa Travessia foi instituído por meio da Lei nº 18.170, de 5 de junho de 2009. Esta lei autorizou a criação do programa como parte da estratégia de desenvolvimento integrado do estado, buscando promover a melhoria das condições de vida da população das regiões mais carentes de Minas Gerais. O Programa foi uma iniciativa do governo do Estado de Minas Gerais criada com o objetivo de promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais no estado e tinha como foco principal atender os municípios mais vulneráveis, oferecendo ações em áreas como educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento econômico. Foi uma iniciativa para melhorar a transição dos alunos do ensino fundamental para o ensino médio, um momento crítico em que muitos estudantes abandonam a escola. O programa oferecia apoio pedagógico, reforço escolar e atividades complementares, visando garantir que os alunos conseguissem concluir o ensino médio com sucesso.

Dando continuidade à discussão sobre iniciativas para combater a evasão escolar, é importante destacar o Projeto Reinventando o Ensino Médio que foi lançado em Minas Gerais em 2012 foi implementado com o objetivo de reformular o currículo

do ensino médio, oferecendo uma educação mais conectada com o mercado de trabalho e as necessidades dos alunos. A proposta incluía a oferta de disciplinas eletivas e itinerários formativos, permitindo aos estudantes escolherem áreas de interesse, o que ajudava a manter o engajamento e a permanência na escola (Minas Gerais, 2012).

Neste sentido o Governo de Minas Gerais, em 2019, expandiu o modelo de educação em tempo integral nas escolas estaduais, oferecendo atividades pedagógicas e extracurriculares no contraturno através do programa de Educação em Tempo Integral. A ampliação da jornada escolar tinha como objetivo engajar os alunos, melhorar o desempenho acadêmico e reduzir a evasão escolar, criando um ambiente escolar mais inclusivo e estimulante.

Continuando com os esforços para melhorar o fluxo escolar é sancionada a Lei nº 24.482, de 04/10/2023 que institui a política estadual de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual. Em seu art. 1º – “Fica instituída a política de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual” (Minas Gerais, 2023).

Um dos principais focos da lei é a criação de políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudantes na escola e a redução da evasão escolar. Para isso, a lei propõe uma série de medidas de monitoramento e apoio às escolas e aos alunos, como ações mais específicas de apoio pedagógico, além de dispositivos para avaliar e intervir em eventuais dificuldades de aprendizagem. Ela preconiza que as instituições educacionais adotem práticas que garantam a progressão regular dos alunos. A lei também prevê a implementação de planos de acompanhamento individualizados, que ajudam a identificar e tratar causas de possível evasão e repetência.

Nesse contexto, a Resolução SEE nº 4.948/2024 complementa e detalha as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 24.482/2023, oferecendo instrumentos práticos para a aplicação da política de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar. A resolução se caracteriza pela especificidade das ações que devem ser tomadas em situações de infrequência dos estudantes, um dos principais fatores que contribuem para a evasão escolar. O Art. 27, por exemplo, determina que, quando o estudante apresentar infrequência de cinco dias consecutivos ou dez alternados em um mês, o

Especialista em Educação Básica deve adotar medidas imediatas para retomar a regularidade da frequência escolar, incluindo o acompanhamento individualizado, a notificação formal aos responsáveis legais e a articulação com os professores para ações de reintegração e recomposição da aprendizagem (Minas Gerais, 2024).

Essas medidas de acompanhamento individualizado são um pilar fundamental, pois reconhecem que a infrequência escolar pode ser resultado de uma série de causas diversas, como dificuldades pedagógicas, problemas pessoais ou familiares, ou até mesmo a falta de engajamento do aluno com o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a resolução não apenas sugere ações corretivas, mas também promove uma abordagem mais holística e personalizada para lidar com os casos de abandono e evasão.

Além disso, o Art. 28 trata da situação em que, após a adoção das medidas previstas no Art. 27, o estudante continua a apresentar infrequência. Nesse caso, a responsabilidade recai sobre o diretor escolar, que deve comunicar o caso ao Conselho Tutelar, promovendo um registro formal dos períodos de faltas e das intervenções feitas pela escola (Minas Gerais, 2024). O envio do relatório ao Conselho Tutelar reflete a seriedade com que o sistema educacional trata a evasão escolar, engajando outros órgãos responsáveis pela proteção do estudante e pelo acompanhamento da sua situação. Essa articulação entre escola, família e órgãos de proteção social é uma estratégia fundamental para garantir que o estudante não seja deixado à deriva.

Por fim, o Art. 31 destaca uma consequência importante: o descumprimento das obrigações estabelecidas para o acompanhamento da infrequência e do abandono escolar implica responsabilidade administrativa para a gestão da escola (Minas Gerais, 2024). Este dispositivo visa assegurar que as ações previstas sejam efetivamente realizadas, e que as escolas não negligenciem o acompanhamento dos estudantes, evitando que situações de evasão ou abandono passem despercebidas. Dessa forma, a resolução não só busca a reintegração dos estudantes à rotina escolar, mas também reforça a responsabilidade institucional em garantir a permanência do aluno na escola.

Em suma, a Resolução SEE nº 4.948/2024 é um avanço significativo na implementação de políticas públicas para combater a evasão escolar em Minas Gerais, proporcionando um conjunto de medidas que exigem ação coordenada entre

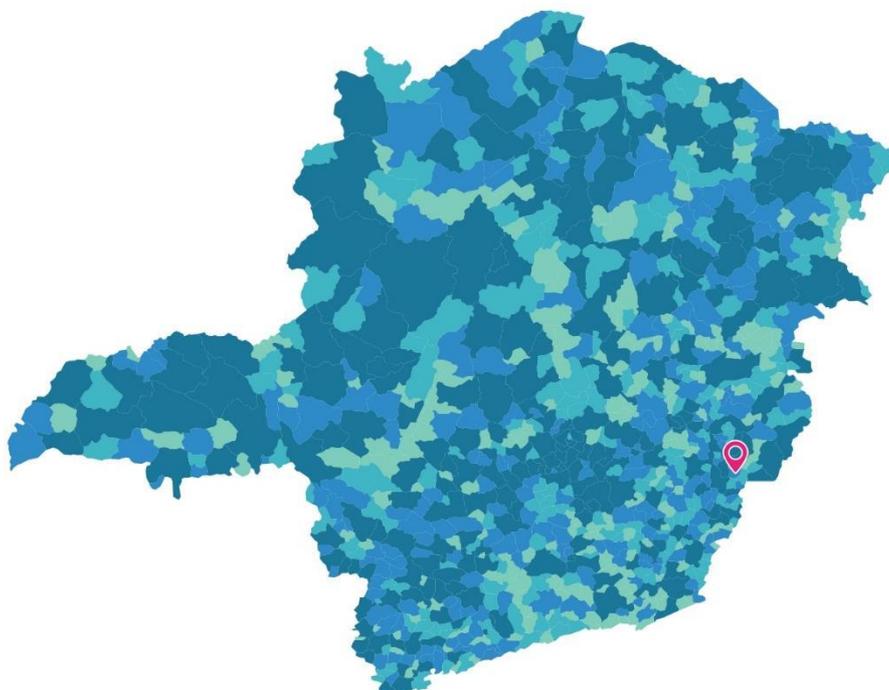
escola, família e órgãos competentes. Ela se soma à Lei nº 24.482/2023, estabelecendo um marco normativo que visa não só reduzir a evasão, mas também melhorar o desempenho acadêmico dos alunos e assegurar sua permanência no sistema educacional.

Essas políticas refletem os esforços contínuos do estado de Minas Gerais para enfrentar os desafios da evasão escolar e corrigir o fluxo escolar, adaptando-se às mudanças e necessidades do contexto educacional ao longo dos anos.

2.4 O CONTEXTO DA ESCOLA ESTADUAL DE SANTA FILOMENA

A Escola Estadual de Santa Filomena está situada no distrito de Santa Filomena, que faz parte do município de Santana do Manhuaçu, estado de Minas Gerais, localizado na mesorregião Zona da Mata e à microrregião de Manhuaçu, conforme figura 1 (IBGE, 2022).

Figura 1 – Localização de Santana do Manhuaçu-MG



Fonte: IBGE, 2024.

O município tem extensão de 347,362 km², com uma população estimada em 8.660 pessoas, de acordo com IBGE (2020). A cidade apresenta rendimentos mensais

baixos para grande parte da população. De acordo com o IBGE, na cidade de Santana do Manhuaçu, em 2020 “considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 43.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 212 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 2308 de 5570 dentre as cidades do Brasil no ranking de rendimentos” (IBGE, 2020).

A escola atende aos alunos do distrito de Santa Filomena e da zona rural ao seu entorno, os alunos atendidos moram a distância máxima de 15 km da escola, distribuídos pelas comunidades Córregos São Domingos, Capim, Canteiro, além de atender aos alunos da Comunidade de São Geraldo pertencente ao município limítrofe, Conceição de Ipanema. A comunidade escolar é formada em sua maioria por produtores rurais, trabalhadores rurais, comerciantes, autônomos e alguns funcionários públicos e aposentados

A maioria dos alunos já tem contato com serviços, sejam eles autônomos, familiares e ainda participam do período da colheita do café, fonte de renda e um dos principais produtos que movimentam o mercado da cidade e da região.

De acordo com o índice socioeconômico divulgado pela Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), e cedido pela escola, a comunidade apresenta índice “Médio baixo”. Para o órgão, o Índice Socioeconômico (ISE) é:

uma importante ferramenta de controle, que nos ajuda a compreender e a explicar os resultados obtidos pelas escolas nos testes de proficiência. O ISE reúne informações relacionadas à posse de bens — materiais e culturais — e à escolaridade dos pais dos alunos. Produzido a partir dos itens dos questionários dos alunos, o ISE é divulgado por escola. Foram criadas quatro categorias do índice: Baixo, Médio-baixo, Médio-alto e Alto. Cada categoria representa uma combinação de itens (CAEd, 2024).

A Escola Estadual de Santa Filomena, tem em média 80 alunos distribuídos no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Em 2024, contava com 24 funcionários em exercício no total, sendo 15 professores, dois especialistas em educação básica, um diretor e sete funcionários administrativos, uma funcionária pertencente ao quadro administrativo e ao magistério, sendo contratada anualmente. Dentre os professores, sete são efetivos e os outros são contratados por meio de inscrição oferecida pela rede estadual de ensino. A configuração do corpo docente aparece no quadro 1.

Quadro 1 – Quadro dos professores em exercício na E. E. de Santa Filomena em 2024

	Disciplina	Vínculo	Tempo que leciona disciplina	Tempo que leciona disciplina na escola
Professor 1	Arte	Contratado	5 a 10 anos	Menos de 05 anos
Professor 2	Ciências/Biologia	Efetivo	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Professor 3	Educação Física	Efetivo	Menos de 05 anos	Menos de 05 anos
Professor 4	Ensino Religioso	Contratado	Menos de 05 anos	Menos de 05 anos
Professor 5	Filosofia/Sociologia	Contratado	15 a 20 anos	15 a 20 anos
Professor 6	Física	Contratado	Menos de 05 anos	Menos de 05 anos
Professor 7	Geografia	Efetivo	5 a 10 anos	Menos de 05 anos
Professor 8	História	Efetivo	Mais de 20 anos	Mais de 20 anos
Professor 9	História	Contratado	10 a 15 anos	5 a 10 anos
Professor 10	Língua Inglesa	Contratado	5 a 10 anos	Menos de 05 anos
Professor 11	Língua Portuguesa	Efetivo	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Professor 12	Língua Portuguesa	Contratado	Menos de 05 anos	Menos de 05 anos
Professor 13	Matemática	Efetivo	10 a 15 anos	5 a 10 anos
Professor 14	Matemática	Efetivo	Menos de 05 anos	Menos de 05 anos
Professor 15	Química	Contratado	Menos de 05 anos	Menos de 05 anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O quadro mostra a distribuição dos professores e suas respectivas disciplinas, as disciplinas eletivas e itinerários formativos, que são distribuídas de acordo com o campo de atuação e podem variar de um ano para outro. Verifica-se que a proporção dos profissionais docentes da escola em 2024 estava com 50 % dos professores efetivos e 50 % contratados.

A escola possui 04 salas de aula, número suficiente para atender às turmas existentes, além de contar com uma sala de professores, uma sala usada como

secretaria, direção e supervisão pedagógica, uma biblioteca e uma quadra poliesportiva recentemente reformada, que está em boas condições de uso. A quadra é utilizada pelos alunos e também pela comunidade local, pois é a única quadra presente no distrito. Além disso, a escola tem um espaço sem cobertura que conta com uma área verde, com aproximadamente 35 mudas de árvores frutíferas plantadas, além de um jardim gramado com árvores diversas.

A escola apresenta uma série de desafios, como a falta de laboratório de informática e de ciências, e a cozinha em estado precário. Não atende aos requisitos de acessibilidade, pois não possui rampas de acesso e banheiros adaptados, contendo escadas e degraus que dificultam o acesso às salas de aula e à quadra poliesportiva.

O grande problema encontrado hoje é a falta de água potável encanada. A água encanada é advinda de um córrego com água corrente colhida no curso, sendo assim contaminada ao longo do caminho. A água utilizada para os alunos e funcionários beberem e para cozinhar é buscada pelos auxiliares de serviço básico (ASB) em uma mina que se encontra a 300 metros aproximadamente da escola. No ano de 2024 foi feita uma licitação para perfuração de poço semiartesiano, ainda em execução no início de 2025.

De um modo geral a convivência dentro da escola é democrática e harmoniosa, apresenta poucos problemas de indisciplina ou violências, sem registros de problemas entre funcionários. O clima entre os alunos e entre funcionários e alunos é harmonioso, não tendo registros de violência no âmbito escolar.

O diretor escolar é responsável legal por todas as atividades desenvolvidas na escola, incluindo gerenciar o corpo docente. A Caixa escolar gerencia os recursos advindos da unidade mantenedora, que é a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, do FNDE e de possíveis quantias que a Caixa Escolar possa adquirir. Além de garantir todo o funcionamento das atividades básicas de funcionamento, é de suma importância o acompanhamento, por parte da direção da escola, da parte pedagógica, que inclui a participação dos alunos nas atividades e o seu desenvolvimento cognitivo.

Para o presente estudo, serão apresentados dados coletados em documentos e *sites* oficiais sobre o número de alunos que deixam de frequentar a escola. Os dados

serão analisados e comparados com as instâncias partindo do macro ao micro, que neste contexto é a Escola Estadual de Santa Filomena.

2.4.1 O fluxo em evidência

O termo fluxo escolar refere-se ao movimento contínuo de alunos através dos diferentes níveis e etapas do sistema educacional, desde a educação infantil até o ensino superior. Esse conceito engloba o ingresso, permanência e a conclusão de etapas educacionais pelos alunos, bem como as transferências e desistências que podem ocorrer ao longo do percurso escolar.

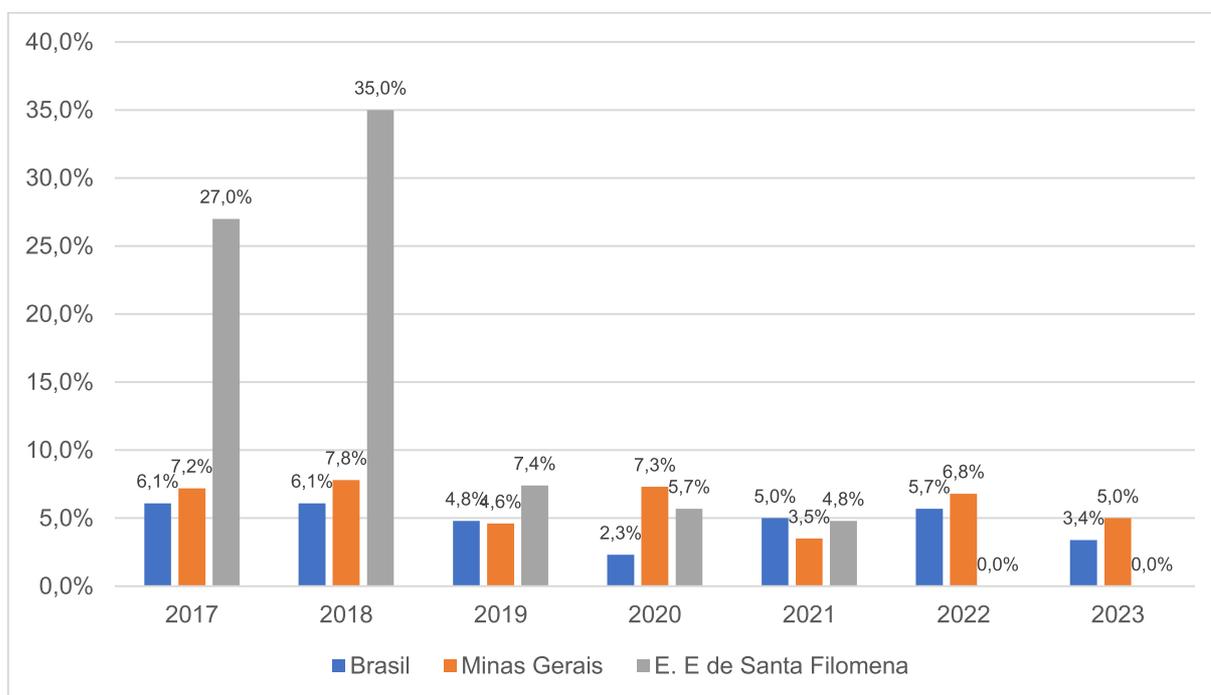
O fluxo escolar é um conceito amplo que compreende diversas características das trajetórias estudantis dentro das instituições de ensino e está entre os objetos mais tradicionais da pesquisa educacional. Seus aspectos mais destacados são a evasão que consiste da desistência do curso pelo discente e a retenção que consiste da permanência prolongada no curso (Lima Junior; Silveira; Ostermann, 2012).

Um fato observado nas escolas do interior, incluindo a atual escola, é que muitos alunos deixam de frequentar as aulas, especialmente no Ensino Médio. De acordo com o CAEd (2020), “a taxa de abandono representa o percentual de alunos que, matriculados em uma etapa de escolaridade em determinado ano, não se matriculam no ano subsequente”. Isso ressalta a necessidade de estratégias para aumentar a permanência dos estudantes nas escolas e reduzir os índices de evasão.

De acordo com os registros escolares retirados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), em 2020 a turma do 1º ano do Ensino Médio começou o ano letivo com 11 alunos. Em 2022, a turma, sendo naquele ano o 3º ano do Ensino médio, contava com apenas 03 alunos dos 11 que estavam matriculados no início do ano letivo de 2020, sugerindo um índice de evasão de 72%. Não levando em consideração se houve abandono ou evasão escolar, fato que deverá ser aprofundado em pesquisa futura.

Para compreender melhor esta taxa de abandono, buscou-se informações com a escola para análise de dados. Fazendo comparação com o índice de média brasileiro, estadual em relação ao da escola, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de abandono do EM da Escola em comparação com a média Estadual e do Brasil entre 2017 e 2023



Fonte: INEP, 2024. Elaborado pelo autor

Observa-se que a taxa de abandono em nível estadual se mantém próxima da média total brasileira, apresentando pequenas variações e poucos pontos percentuais acima. A taxa de abandono da escola se mostra preocupante nos anos 2017 e 2018 alcançando 27% e 35% dos alunos do EM. A taxa da escola se apresenta acima da média estadual e brasileira também em 2019, porém começa a diminuir a partir de 2020, ficando abaixo da média estadual e acima da média brasileira. Em 2022 e 2023 a taxa de abandono foi zerada. O abandono se apresentou variável com taxas elevadas e zeradas, o que traz a discussão para o papel da escola nestas nuances.

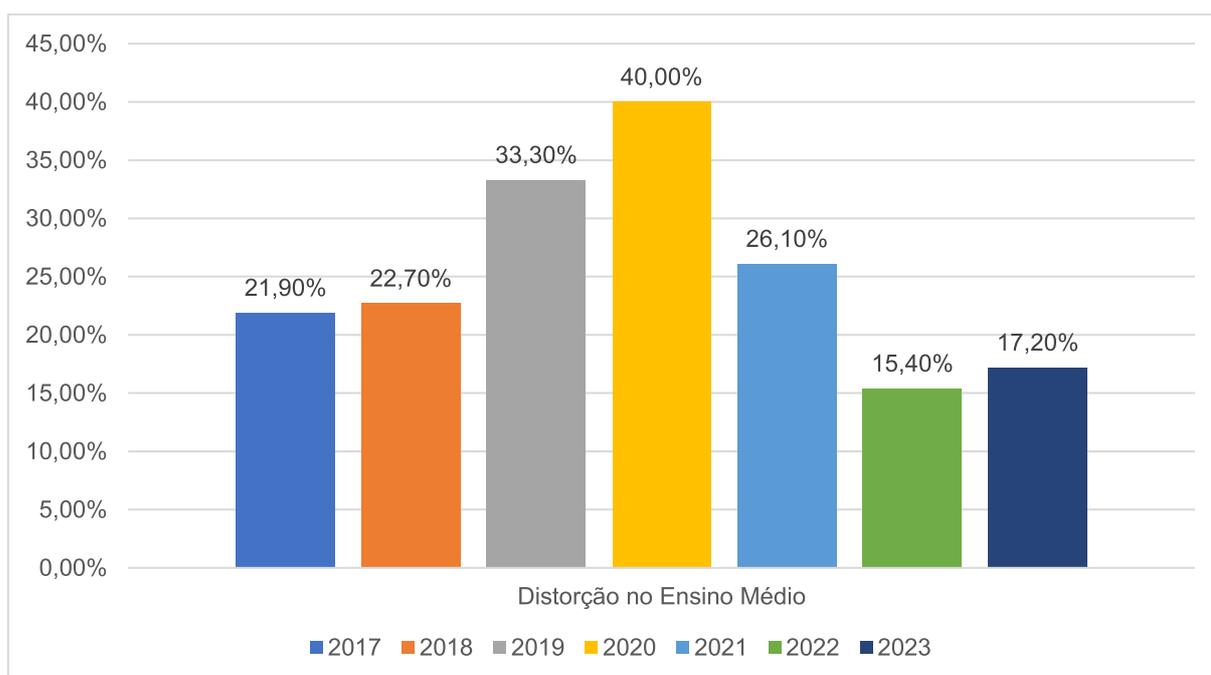
A escola atende aos alunos que moram em sua maioria na zona rural, portanto, poderia atender aos alunos de acordo com a proposta para alunos do campo, com currículo e especificidades de acordo com a comunidade local, com calendário sazonal entre outras especificidades, coisa que não acontece, já que o modelo utilizado é o mesmo das áreas urbanas, apesar da existência de normativas legais que asseguram a adequação da educação para a realidade do campo, como a Lei nº 9.394/1996 (LDB), o Decreto nº 7.352/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2002. Isso ocorre porque toda a documentação da escola a reconhece como “escola urbana”, o

que impede a implementação dessas diretrizes específicas para a educação do campo.

Pensando na atual política de educação universal, e ao fato de uma política voltada para a Educação no Campo, onde a escola atende aos alunos, em tese levando em consideração as especificidades locais, surge o problema dos alunos que deixam de frequentar a escola, mesmo tendo a oferta na própria comunidade.

Fato marcante são os registros também do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em que mostra a distorção idade/série que acomete o Ensino Médio da escola, conforme gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Distorção idade-série dos alunos na Escola Estadual de Santa Filomena entre os anos 2017 e 2023

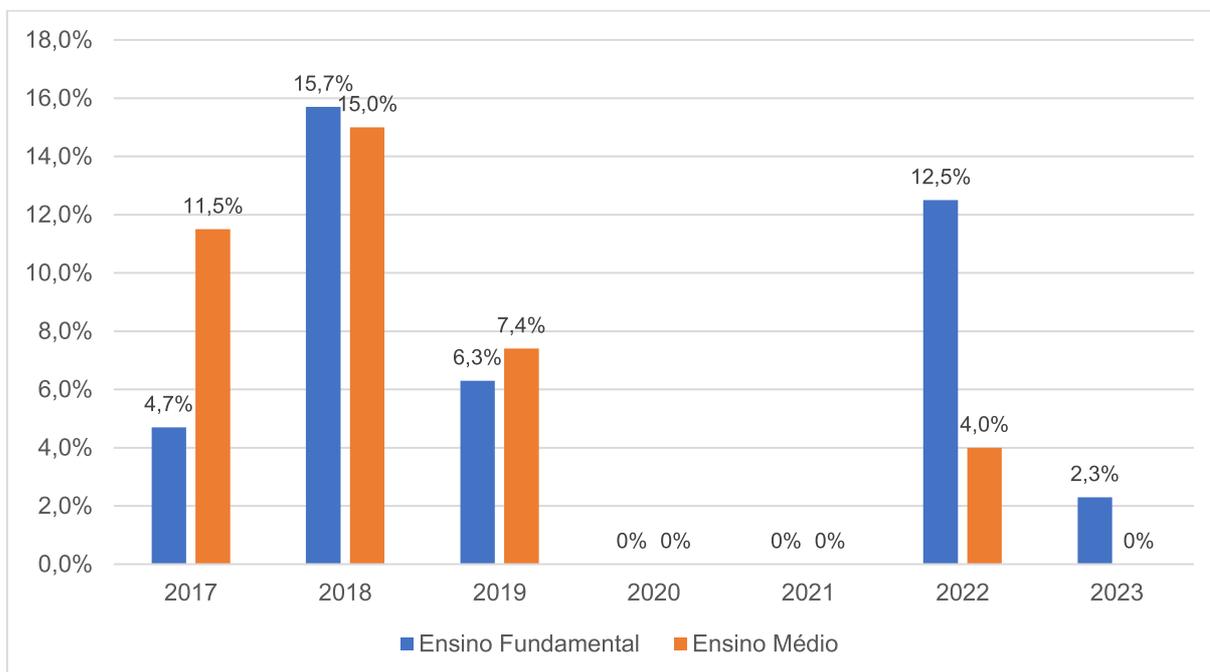


Fonte: INEP (2023) – Elaborado pelo autor

É possível identificar o crescimento da distorção entre 2017 e 2020, sendo o último, o ano com maior taxa, com 40% dos alunos com idade distorcida, e a partir de 2021 uma queda considerável.

Para compreender melhor essa distorção, buscamos os dados de reprovação no Ensino Fundamental (EF) e no Ensino Médio (EM), apresentados o gráfico 4.

Gráfico 4 – Taxa de reprovação EF e EM entre os anos 2017 e 2023



Fonte: INEP (2023) – Elaborado pelo autor

As taxas de reprovação no ensino fundamental e médio apresentam expressiva variação. Buscamos informações dos anos anteriores para tentar compreender e justificar as observações feitas no ano 2022, quando se iniciou o processo desta pesquisa. Pesquisamos o EF, para tentar contextualizar, pois os alunos do EF são os que chegarão no EM posteriormente, onde verificamos que muitos alunos deixam de frequentar.

Verificamos que a taxa de reprovação nos anos finais do EF ficou maior que a do EM nos anos 2018, 2022 e 2023, sendo a taxa de reprovação maior no EM nos anos 2017 e 2019. Nos anos 2020 e 2021 não houveram reprovações devido ao período de pandemia e que foi regularizado pela Resolução SEE Nº 4.506/2021 que instituiu “o ensino híbrido como modelo educacional para o ciclo dos anos letivos de 2020 -2021 e revoga dispositivos da Resolução SEE no 4.310, de 17 de abril de 2020 e da Resolução SEE no 4.329, de 15 de maio de 2020”, onde alunos que não fizeram as atividades tiveram a oportunidade de fazer no período pós-pandemia.

Os índices de reprovação são relativamente altos, observamos o crescimento da taxa dos anos 2017 para 2018, porém registramos um certo declínio a partir de 2019, com oscilação em 2022, quando a taxa de reprovação do EF volta a subir. Os

dados isolados não explicam qualitativamente o fato de os alunos deixarem de frequentar a escola, mas podem nos ajudar a compreender que existe a distorção idade-série, que juntamente com fatores intraescolares e extraescolares levam os alunos ao abandono ou mesmo evasão escolar.

A qualidade da educação é uma questão a ser levantada, uma vez que a reprovação está relacionada ao aproveitamento e à frequência dos alunos. Tanto a reprovação quanto a evasão escolar se configuram como problemas recorrentes no cotidiano das escolas.

A evasão escolar é um problema de ordem nacional, caracterizando-se pelas repetências sucessivas e pelo fracasso escolar de estudantes que não chegam a concluir o ciclo do ensino estudantil. O que ocorre muitas vezes é a busca pelos culpados pelo fracasso, percebendo que a partir daí há um jogo em que a culpa é do aluno, da família ou da classe social onde vive; ninguém assume a responsabilidade, transferindo a qualquer um ou a qualquer coisa (Oliveira; Nóbrega, 2021, p. 2).

Neste contexto a reprovação, o abandono e a evasão escolar se apresentam como parte dos problemas do cotidiano da escola. Diante disso, no próximo capítulo discutiremos as implicações da qualidade da educação pública no contexto atual do fluxo escolar.

3 AS IMPLICAÇÕES DA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA COM O FLUXO ESCOLAR

O objetivo deste capítulo é apresentar o referencial teórico que fundamenta os principais temas abordados na pesquisa, com ênfase nas políticas públicas no Brasil, especialmente aquelas voltadas para o ensino médio, com foco na evasão escolar. Serão discutidas as diretrizes e iniciativas implementadas pelo governo para enfrentar esse desafio, além de analisar a importância de um entendimento aprofundado sobre as condições que levam os alunos a abandonar a escola. A metodologia adotada também será apresentada, delineando os métodos que sustentam a pesquisa e as abordagens utilizadas para coletar e analisar os dados.

Este capítulo se divide em duas seções principais. A seção 3.1 representa as contribuições teóricas, que são subdivididas em tópicos que abordam as seguintes temáticas: O Ensino no Brasil com foco na Escola Pública; Qualidade do Ensino e Fluxo, Abandono e Evasão Escolar. Já a seção 3.2 apresenta a metodologia da pesquisa, detalhando os métodos e abordagens utilizados para alcançar os objetivos propostos. A subseção 3.2.1 “Coleta e análise de dados”, apresenta o processo de obtenção das informações utilizadas no estudo, destacando a aplicação de questionários a alunos e professores para compreender os fatores que influenciam a evasão escolar. A análise considera aspectos socioeconômicos, acadêmicos e emocionais, permitindo um mapeamento das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Na subseção 3.2.2 “Análise dos fatores sociais e acadêmicos que influenciam o fluxo no Ensino Médio”, os dados coletados são explorados, evidenciando as características demográficas e socioeconômicas dos alunos. São analisadas suas percepções sobre o ambiente escolar, o apoio familiar e os desafios enfrentados, como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, dificuldades acadêmicas e desinteresse pelos estudos, fatores que podem contribuir para o abandono escolar.

Por fim, a subseção 3.2.3 “Análise das percepções dos professores sobre a evasão escolar: desafios e propostas para a melhoria da permanência no Ensino Médio”, investiga a visão dos docentes sobre a evasão, suas causas e impactos. Além disso, discute as estratégias sugeridas pelos professores para mitigar o problema, incluindo maior envolvimento das famílias, melhoria das práticas pedagógicas e

fortalecimento da relação entre a escola e o mercado de trabalho, buscando garantir a permanência e o sucesso dos alunos no Ensino Médio. Essa estrutura permitirá uma análise clara e organizada dos temas, proporcionando uma base sólida para a discussão dos resultados e das implicações da pesquisa.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

A qualidade da escola pública pode desempenhar um papel decisivo no fluxo escolar, que envolve a trajetória dos alunos desde o ingresso até a conclusão das etapas de ensino. A maneira como essas instituições são estruturadas e geridas impacta diretamente o desempenho acadêmico, as taxas de aprovação e evasão, além da preparação dos estudantes para o ensino superior e o mercado de trabalho.

Quando bem organizadas, com recursos adequados, professores capacitados e uma gestão eficiente, as escolas públicas tendem a apresentar melhores resultados, promovendo a permanência dos alunos e contribuindo para igualdade de oportunidades. Em contrapartida, a baixa qualidade escolar contribui para elevados índices de repetência e evasão, comprometendo o sucesso educacional dos estudantes e ampliando as desigualdades sociais.

O fato de alunos estarem presentes à escola, não assegura de fato a aprendizagem efetiva, onde o aluno se desenvolve físico e mentalmente. Escolas com recursos adequados, professores bem capacitados e gestão eficiente tendem a apresentar melhor desempenho e em consequente, menores índices de reprovação e evasão, o que favorece um fluxo escolar mais contínuo e eficaz. Estudos de Soares *et al.* (2012) apontam que

em comparação com os estudantes proficientes, os estudantes que não aprendem estão concentrados em escolas com os piores indicadores de qualidade: piores bibliotecas, instalações e condições de funcionamento, equipes de gestores e professores menos coesas e mais violência escolar. Além disso, estão expostos a professores com menos escolaridade e piores condições de trabalho (Soares *et al.*, 2012, p. 7).

A desigualdade na qualidade das escolas públicas pode perpetuar ciclos de exclusão social, dificultando a progressão acadêmica e o acesso igualitário a oportunidades educacionais. Alguns autores apontam que

características perversas da expansão dos sistemas, como a manutenção das desigualdades, a distribuição desigual de oportunidades, o descompasso entre os avanços no acesso, no rendimento e a melhoria da qualidade, entre outras” (Silva, 2003; Mont’alvão 2011 Apud Tavares, Mont’alvão, Neubert, 2015).

O papel da escola vai além do atendimento universal, pois as diversas nuances do processo de escolarização contribuem para o sucesso ou não na aquisição das habilidades necessárias para boa proficiência educacional. Os autores citam o estudo amplo de diagnóstico de Klein (2006) sobre a qualidade da educação brasileira, avaliando as dimensões de atendimento, fluxo e qualidade retirados de dados de Censos escolares, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) e O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O estudo apontou que apesar da intensa melhoria no acesso, a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ainda estava restrita a determinados grupos sociais, e ainda, apresentou o problema da repetência como sendo até mesmo mais preocupante que a evasão escolar (Klein, 2006 *apud* Tavares, Mont’alvão, Neubert, 2015).

Neste contexto, destaca-se a complexidade do papel da escola pública, evidenciando que o simples acesso à educação não garante a proficiência ou o desenvolvimento adequado dos alunos. Embora tenham ocorrido avanços na ampliação do acesso, persistem desafios significativos na conclusão do Ensino Fundamental e Médio, especialmente entre grupos sociais mais vulneráveis, conforme aponta Tavares Júnior (2018),

"as altas taxas de repetência, além de ilustrarem a ineficiência do sistema, representaram um grande gargalo/barreira para a democratização de oportunidades no Brasil, concorrendo para a evasão, para a redução das trajetórias escolares dos alunos e, conseqüentemente, das taxas de conclusão na educação básica" (Tavares Júnior, 2018, p. 2).

Esse diagnóstico reforça a necessidade de políticas públicas que vão além da mera universalização do acesso, priorizando também a qualidade do ensino e a equidade entre diferentes segmentos da população.

A qualidade da educação pública é um fator determinante para o sucesso do fluxo escolar e, por conseguinte, para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A permanência das desigualdades e a distribuição desigual de

oportunidades indicam que ainda há muito a ser feito para garantir que todos os alunos tenham as mesmas condições de concluir a educação básica com êxito. O combate à evasão e à repetência exige um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade do ensino, a formação adequada de professores e a gestão eficiente das escolas. Dessa forma, é essencial que o direito à educação não se limite ao acesso, mas se traduza em oportunidades reais de desenvolvimento, garantindo que os estudantes não apenas ingressem no sistema educacional, mas também concluam sua trajetória escolar com sucesso.

3.1.1 O ensino no Brasil com foco na escola pública

As correntes teóricas no campo da educação representam diferentes abordagens pedagógicas que emergem como respostas às mudanças nas metas educacionais e nas metodologias de ensino ao longo do tempo. Estas abordagens têm impacto direto na compreensão dos conteúdos e no processo de aprendizagem nas instituições educacionais. Dentre as diversas correntes que influenciaram a prática pedagógica, destacam-se, entre outras, as tradições educacionais mais conservadoras, abordagens inovadoras que propõem novas formas de ensino, métodos voltados para a aplicação de técnicas específicas no ambiente escolar, e as abordagens críticas que questionam as estruturas educacionais existentes (Ramos, 2002).

O tradicionalismo predominou até meados do século XX e baseava-se na concepção de que o professor é o detentor do conhecimento e o aluno, um receptor passivo. Este modelo de ensino focava na transmissão de conteúdos prontos, com ênfase na memorização e na disciplina rígida. A relação entre professor e aluno era autoritária, e o ensino seguia um formato vertical, onde o professor controlava o que, como e quando o aluno deveria aprender (Libâneo, 1994).

De acordo com Libâneo (1994), "a pedagogia tradicional está centrada na transmissão de conteúdos e na disciplina formal, buscando formar alunos pela repetição de conteúdos e a ordem, valorizando o rigor nos procedimentos educativos".

A pedagogia nova, que ganhou destaque no Brasil a partir da década de 1930, surgiu em oposição ao ensino tradicional. Inspirada por educadores como John Dewey nos Estados Unidos e Anísio Teixeira no Brasil, o movimento escolanovista defendia

uma educação voltada para a experiência do aluno. A aprendizagem deveria ser ativa e centrada no desenvolvimento das habilidades e interesses dos estudantes, promovendo uma educação integral que incluía o desenvolvimento emocional e social dos alunos (Teixeira, 1957).

Ainda de acordo com os preceitos de Teixeira (1957): "a escola nova visa à formação de um homem capaz de pensar por si próprio, de solucionar problemas e de viver em sociedade, o que requer um ensino baseado em situações reais e em atividades que incentivem a iniciativa do aluno" (Teixeira, 1957).

A Escola Nova, movimento pedagógico que ganhou proeminência no início do século XX, é frequentemente celebrada por seu enfoque humanista na educação, enfatizando a centralidade da existência, da vida e da atividade do aluno. A premissa básica desse movimento é que a existência precede a essência, uma ideia que visa colocar a experiência individual e o contexto do aluno como elementos centrais no processo educativo. No entanto, essa abordagem não está isenta de críticas, e um dos mais notáveis críticos é o educador Dermeval Saviani.

Os defensores da Escola Nova argumentam que a educação deve estar profundamente conectada com a vivência e a atividade do aluno, ao invés de se restringir a uma mera transmissão de conhecimentos pré-estabelecidos. Esse paradigma promove uma visão da educação como um processo dinâmico e adaptativo, onde a aprendizagem é considerada um reflexo da experiência concreta e do engajamento ativo do estudante. A ideia de que a existência precede a essência sugere que a educação deve partir da realidade do aluno e se desenvolver a partir dela, valorizando a construção do conhecimento através da prática e da reflexão (Teixeira, 1957).

No entanto, Saviani (1986) apresenta uma objeção significativa a essa filosofia. Ele argumenta que a ênfase na educação centrada na criança pode inadvertidamente levar a um retorno à essência, ao pressupor que o indivíduo já está completo desde o nascimento e que seu desenvolvimento é um processo de realização de uma essência preexistente. Para o autor, essa abordagem pode criar uma falsa dicotomia entre formas descontínuas e contínuas de educação, resultando em uma aplicação rígida de um esquema pré-definido, ao invés de promover uma verdadeira adaptabilidade e flexibilidade no processo educativo.

O autor ainda critica a ideia de que a Escola Nova oferece uma forma de educação que é simultaneamente descontínua e contínua, afirmando que isso pode levar a uma falta de coerência e à imposição de um modelo lógico e estruturado sobre a educação. Em suas palavras, ele conclui a crítica ao movimento da Escola Nova, sugerindo que, em vez de promover uma educação verdadeiramente flexível e adaptativa, a Escola Nova pode acabar perpetuando uma ordem educativa rígida e pré-determinada.

Essa crítica é relevante no debate sobre a eficácia e a aplicabilidade das abordagens pedagógicas contemporâneas. Saviani (1986) levanta a questão de se a Escola Nova, ao buscar uma educação mais humanista e centrada na criança, pode, paradoxalmente, restringir a flexibilidade que pretende promover. A tensão entre a adaptabilidade do ensino e a necessidade de uma estrutura educativa definida continua a ser um ponto crucial na discussão sobre as melhores práticas pedagógicas.

Portanto, ao analisar a Escola Nova através da perspectiva crítica de Saviani, podemos refletir sobre a necessidade de equilibrar a centralidade na experiência do aluno com a necessidade de estruturas e objetivos claros na educação. Este debate não apenas ilumina as complexidades da teoria educacional, mas também desafia os educadores a reconsiderar como melhor integrar a experiência e a estrutura no processo de ensino-aprendizagem.

Nos anos 1960 e 1970, a pedagogia tecnicista ganhou força, especialmente durante o Regime Militar. Esta abordagem se baseava na aplicação de métodos científicos e racionais ao ensino, com foco na eficiência, produtividade e formação para o mercado de trabalho. O currículo foi adaptado para incluir disciplinas técnicas e profissionais, refletindo a tentativa de atender às necessidades econômicas do país e priorizando a formação de mão de obra (Saviani, 1986).

De acordo com Saviani (1986), o tecnicismo educacional reflete a tentativa de ajustar a educação às exigências da industrialização, priorizando a formação de mão de obra e considerando o ensino como uma atividade predominantemente técnica.

A pedagogia crítica, amplamente representada por Paulo Freire, tornou-se uma das correntes mais influentes na educação brasileira a partir da década de 1980. Esta abordagem defende que a educação deve ser um ato de libertação e conscientização. Freire propôs que o processo educativo deveria partir das realidades dos alunos, incentivando-os a refletir criticamente sobre sua própria situação social e a buscar

formas de transformação. Em vez de transmitir conteúdos de forma unilateral, a pedagogia crítica promove o diálogo entre professor e aluno, entendendo a educação como um processo coletivo de construção do conhecimento (Freire, 1978)

Segundo os preceitos de Paulo Freire (1978), o diálogo, enquanto exigência existencial, constitui o meio pelo qual os seres humanos adquirem significação como indivíduos. Assim, é através da palavra, do trabalho, da ação e da reflexão que se intermediariam os processos educativos.

A aplicação das correntes teóricas mencionadas resultou na adoção de diferentes métodos de ensino ao longo do tempo. Nas fases iniciais da educação pública brasileira, predominava o método tradicional de ensino expositivo, com ênfase em provas e avaliações centradas na memorização. Com a introdução da pedagogia nova, o enfoque deslocou-se para atividades práticas e experiências de aprendizagem baseadas na descoberta (Teixeira, 1957).

Com a ascensão da pedagogia tecnicista, o ensino passou a priorizar a eficiência e a formação técnica, incorporando recursos tecnológicos e abordagens instrucionais. Em contrapartida, a pedagogia crítica trouxe para o cenário educacional práticas dialógicas, como círculos de cultura e debates participativos, com o objetivo de promover uma educação transformadora (Saviani, 1986).

Em síntese, as escolas públicas no Brasil experimentaram e aplicaram diferentes correntes teóricas ao longo de sua trajetória, refletindo as mudanças sociais e políticas do país. O desafio contínuo tem sido integrar essas contribuições para oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Essas referências e abordagens teóricas são fundamentais para compreender o desenvolvimento do ensino público no Brasil e sua relação com o contexto educacional e social.

3.1.2 Qualidade do ensino

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a educação é um direito universal e um dever tanto do Estado quanto da família. A promoção e o incentivo à educação devem contar com a colaboração da sociedade,

com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho (Art. 205).

O ensino, conforme a Constituição, deve ser ministrado com base em princípios fundamentais. Entre esses princípios, destaca-se a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206, I).

Para assegurar o cumprimento do dever do Estado com a educação, a Constituição determina que o Estado deve garantir, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente dentro da rede regular de ensino (Art. 208, III).

Libâneo, em sua obra intitulada *Didática* (1994), faz uma análise crítica do papel da escola pública, revelando uma série de desafios estruturais e administrativos que comprometem a realização de seus objetivos fundamentais. Segundo o texto, a concepção ideal de uma escola pública é aquela que proporciona uma educação universal, de caráter nacional, assegurando a todos os alunos uma base comum de conhecimentos e habilidades, independentemente de sua origem social, regional ou cultural. No entanto, a realidade da escola pública brasileira frequentemente desvia dessa concepção ideal.

Um dos principais problemas apontados pelo autor é a falta de cumprimento das responsabilidades por parte do poder público em relação ao ensino obrigatório e gratuito. A ausência de uma política nacional coerente para a administração e gestão do ensino compromete a qualidade educacional. A insuficiência e má gestão dos recursos financeiros são um obstáculo significativo, contribuindo para a precariedade das escolas, que frequentemente enfrentam falta de materiais didáticos e infraestrutura inadequada. Esses problemas são amplificados pela remuneração inadequada dos professores, o que não só desestimula a qualidade do ensino como também agrava a rotatividade docente.

Além disso, ainda de acordo com os ideais de Libâneo (1994), o sistema educacional é frequentemente utilizado para fins políticos e eleitorais, o que desvia o foco das reais necessidades educacionais da população. Esse uso inadequado da escola pública compromete a eficácia das políticas educacionais e a realização dos objetivos de inclusão e equidade.

A falta de acesso contínuo à educação é evidente na elevada taxa de evasão e repetência escolar, com dados indicando que cerca de 50% das crianças na 1ª série

não conseguem progredir para a 2ª série. Esse índice alarmante reflete não apenas deficiências na estrutura e no financiamento das escolas, mas também um sistema que ainda não consegue garantir a permanência e a conclusão dos estudos por parte dos alunos, especialmente aqueles das camadas populares (Libâneo, 1994).

Portanto, o autor defende que para que a escola pública possa cumprir seu papel social e educacional de forma eficaz, é necessário um investimento sério na melhoria das condições de ensino e aprendizagem, bem como uma reestruturação da gestão e dos recursos destinados à educação. Somente com um comprometimento real e estratégias bem definidas será possível transformar a escola pública em um instrumento efetivo de inclusão e formação cidadã, conforme preconizado pela concepção idealizada.

O texto revela a alarmante discrepância na educação no Brasil, evidenciada pela alta taxa de evasão escolar e pela persistência do analfabetismo entre crianças de 5 a 14 anos, conforme dados do IBGE de 1988. A análise crítica a omissão do Estado em relação à escola pública e a discriminação social dentro das instituições de ensino. Observa-se que a educação muitas vezes visa apenas a adaptação dos alunos ao status quo social, em vez de promover uma transformação social. Tal visão conservadora ignora as condições socioeconômicas que afetam o desempenho escolar, atribuindo problemas individuais à falta de interesse ou esforço dos alunos, sem considerar as desigualdades estruturais. O texto advoga por uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas também se engaje nas lutas sociais para promover mudanças significativas na sociedade (Libâneo, 1994, p.36).

A análise crítica da educação pública no Brasil, conforme abordada por Libâneo (1994), destaca a discrepância entre os ideais constitucionais e a realidade enfrentada pelas escolas. A Constituição de 1988 estabelece uma base sólida para a educação como um direito universal e um dever compartilhado, com ênfase na igualdade de acesso e na inclusão. Contudo:

“Dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que, dos 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, 151,5 milhões sabiam ler e escrever um bilhete simples e 11,4 milhões não sabiam. Assim, a taxa de alfabetização para esse grupo foi de 93,0% em 2022 e a taxa de analfabetismo foi de 7,0%. No Censo 2010, as taxas de alfabetização e analfabetismo eram de 90,4% e 9,6% (Nery, 2024).

Mesmo após avanços ainda persiste o problema que chega a taxa de 9,6% evidenciando que a prática na educação apresenta desafios substanciais, como a falta de infraestrutura adequada, a má gestão de recursos e a remuneração inadequada dos professores. Estes fatores, somados ao uso político da educação e à persistente evasão escolar, comprometem a capacidade das escolas públicas de cumprir plenamente seu papel social e educacional.

A solução ou mitigação desses problemas exige compromisso sério com a melhoria das condições de ensino, investimento efetivo em recursos e gestão reestruturada. Apenas através de uma abordagem integrada e dedicada será possível transformar a escola pública em um verdadeiro instrumento de inclusão e desenvolvimento, alinhado aos princípios constitucionais e capaz de promover uma educação transformadora e equitativa para todos.

3.1.3 Fluxo, abandono e evasão escolar

O cenário da educação brasileira é caracterizado por avanços significativos e desafios persistentes. O país conseguiu universalizar o acesso ao ensino fundamental e tem ampliado a matrícula no ensino médio, além de promover a expansão da educação infantil, com um aumento no acesso a creches e pré-escolas. Políticas públicas como o Fundeb têm sido fundamentais para melhorar o financiamento da educação pública, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca promover uma educação mais equitativa. Programas de inclusão, como a Educação para Jovens e Adultos (EJA) e iniciativas de assistência social, também têm contribuído para a melhoria das condições educacionais.

No entanto, o sistema educacional enfrenta desafios significativos, incluindo grandes desigualdades regionais e problemas de infraestrutura nas escolas. A qualidade da educação é uma preocupação, refletida em baixos desempenhos em avaliações internacionais e elevadas taxas de reprovação e evasão escolar, especialmente no ensino médio. A desigualdade socioeconômica continua a influenciar negativamente o desempenho acadêmico dos alunos. Apesar dos avanços tecnológicos e das iniciativas para promover a educação inclusiva, é necessário enfrentar esses desafios para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes.

A evasão escolar é um problema educacional grave, caracterizado pelo abandono da escola por parte dos alunos antes da conclusão do ciclo escolar. Esse fenômeno pode ser motivado por diversos fatores, como dificuldades econômicas, falta de interesse, condições inadequadas de ensino, e questões familiares ou sociais. No Brasil, a evasão é particularmente preocupante nas fases finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, impactando negativamente o desenvolvimento educacional e o acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho. Bezerra (2025) corrobora com as indagações dizendo que

os estudantes que abandonam a escola costumam enfrentar baixa autoestima, o que dificulta suas relações pessoais e profissionais. Além disso, a entrada no mercado de trabalho torna-se mais difícil, e a qualidade dos serviços prestados é comprometida, refletindo em remunerações mais baixas. Esses fatores contribuem para a consolidação da desigualdade social no Brasil (Bezerra, 2025, recurso digital).

O artigo “Análise da evasão no sistema educacional brasileiro” de Fernando Tavares Júnior, Joan Rosa Dos Santos, Maurício de Souza Maciel (2016) traz o que os autores chamaram de “meta-análise do rendimento educacional no Brasil”, em especial à evasão de crianças em idade escolar dos sistemas de ensino. Para os autores, a realização educacional não se limita ao acesso à escola ou o tempo geral de escolarização e sim à permanência e a qualidade da educação. No estudo dos autores, tanto as situações de abandono quanto as de evasão típica foram chamadas simplesmente de evasão.

Os autores trouxeram os estudos de Hirasu (2014) que constatou que a falta de interesse pelos estudos e a repetição contínua em anos anteriores são os principais fatores que elevam a chance de o estudante desistir da escola.

Neste contexto a repetência aparece como forte influenciadora da evasão escolar, o que nos remete aos métodos de ensino já discutidos e retoma a importância do ensino de qualidade.

Em relação às práticas pedagógicas, desde a “Pedagogia da Repetência” a escola brasileira tradicional tem sido alvo de sucessivas críticas, que por outro lado tem outorgado às desigualdades sociais e outros fatores externos a culpa pelo fracasso. A própria formação docente, segundo vários autores, tem sido hegemonicamente estruturada em bases excludentes e reprodutoras, embora inspiradas por teorias que criticam tais processos, o que gera um “fatalismo”

perante o fracasso escolar que acaba por naturaliza-lo e reiterar as responsabilidades ou culpas a fatores exógenos (Tavares Júnior; Santos, Maciel, 2016, p. 83)

Neste sentido, apontamos para o cuidado com o processo educacional e com a manutenção das atividades pedagógicas e da revisão do processo de ensino e aprendizagem que prega a repetência como “ferramenta pedagógica e/ou punição”. As discussões sobre o tema ganharam força e políticas foram criadas ao longo dos anos para tentar diminuir os índices de reprovações e conseqüentemente em conseqüente a evasão escolar. Políticas públicas foram criadas pensando na melhoria da educação e para combater esta evasão.

a associação entre a adoção de políticas de avaliação e acompanhamento do desempenho dos estudantes e a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino, o que tende a elevar consigo a eficiência e a equidade (Tavares Júnior; Dos Santos, Maciel, 2016)

A adoção de políticas de avaliação e acompanhamento do desempenho dos estudantes desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade educacional, pois permite a identificação de lacunas no aprendizado e a implementação de intervenções específicas. Essas políticas não apenas impulsionam a eficiência dos sistemas de ensino ao promover uma gestão mais direcionada e focada em resultados, mas também favorecem a equidade, ao garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, tenham acesso a oportunidades justas e igualitárias de aprendizagem. Assim, a avaliação contínua se torna um mecanismo essencial para o avanço global da educação.

Tavares Júnior et al (2016) citam dezenas de experiências internacionais (Hattie, 2009; Fletcher, 2005), que trazem que a repetência é nefasta como possibilidade de política pública e alternativa à estruturação da ação pedagógica nas escolas. A indução à evasão e o largo incremento à ineficiência dos sistemas é um de seus efeitos mais conhecidos.

Tais achados foram confirmados por Tavares Júnior et al (2016) ao analisar dados deste século (2013), incluindo também as transições do Ensino Médio. Os resultados apontam que houve melhorias no rendimento educacional ao longo dos últimos anos, mas Equidade, políticas e financiamento da educação pública 87 “algumas desigualdades permanecem consistentes”, com destaque para a renda

familiar e a cor dos alunos (Tavares Júnior et al, 2013, p. 134). Souza (2012) também analisou o Ensino Médio e revelou um diagnóstico negativo:

Entre 100 alunos matriculados na 8ª série do ensino fundamental em idade correta, cerca de 80 estavam matriculados no 1º ano do ensino médio no ano seguinte, 65 estavam matriculados no 2º ano dois anos depois e 55 estavam matriculados no 3º ano três anos depois, sendo que 45 completam o ensino médio ao final do terceiro ano. Ou seja, 55% dos estudantes que cursam a última série do ensino fundamental na idade correta não completam o ensino médio em quatro transições, ou porque repetiram alguma série ou porque evadiram (Souza, 2012, p.35)

Ainda para a autora é lamentável que algumas escolas não consigam motivar seus alunos de outra forma que não seja pela ameaça de repetência, algo que, segundo ela, é relativamente comum, destacando que convencer um aluno de que ele é incapaz resulta em uma autopercepção negativa, especialmente se ele acredita que suas opções se limitam a trabalhos braçais ou a marginalidade. Ao obrigar um aluno a repetir uma série após um ano de esforço em uma escola com professores desmotivados e mal pagos, acaba-se por atribuir a ele um "atestado de incompetência" (Soares, 2007).

Outro fator estrutural associado à evasão escolar é a distorção idade-série, que ocorre quando o aluno está em uma etapa de ensino incompatível com sua idade cronológica, geralmente por conta de reprovações ou interrupções anteriores. Na escola em questão, observou-se uma taxa de distorção idade-série de 40% em 2020, com redução gradual nos anos subsequentes. Estudos indicam que alunos em situação de distorção têm maior probabilidade de evadir, especialmente no Ensino Médio, onde o descompasso entre idade e série tende a impactar negativamente a permanência escolar. Segundo o estudo da Firjan (2023, material digital), essa defasagem representa um dos principais obstáculos enfrentados pelos estudantes, contribuindo significativamente para a desmotivação e o abandono escolar, especialmente no Ensino Médio. A pesquisa mostra que alunos em distorção idade-série muitas vezes enfrentam sentimentos de inadequação, exclusão e dificuldade de socialização, o que agrava seu risco de evasão. Além disso, tais estudantes tendem a ter maior dificuldade de retomar os estudos após a evasão, perpetuando ciclos de exclusão educacional.

Embora o Brasil tenha avançado consideravelmente na universalização da educação e na implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão e melhoria da qualidade educacional, os desafios persistem, especialmente em relação à evasão escolar e à eficácia do sistema educacional. A análise crítica revela que, apesar das reformas e das estratégias adotadas, como a Base Nacional Comum Curricular e o Fundeb, a repetência escolar continua a ser um problema significativo, exacerbando as desigualdades e prejudicando o desenvolvimento dos alunos. As evidências apontam para a necessidade urgente de revisar e aprimorar as práticas pedagógicas, promover uma gestão mais eficiente e garantir uma infraestrutura adequada nas escolas. É essencial que as políticas educacionais se concentrem não apenas no acesso, mas também na qualidade do ensino e no apoio contínuo aos estudantes, para que se possa assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Uma pesquisa com abordagem qualitativa, se concentra na compreensão de fenômenos sociais e educacionais por meio da análise de contextos, experiências e significados atribuídos pelos indivíduos. Neste sentido

a pesquisa qualitativa em Educação é um tipo de investigação que procura compreender fenômenos sociais, culturais e educacionais por meio da análise de dados subjetivos, tais como entrevistas, observações, relatórios de vida, entre outros. Seu escopo é obter uma compreensão profunda e detalhada do assunto em questão, ao invés de mensurar quantitativamente o fenômeno. É frequentemente utilizada em pesquisas do tipo estudo de caso, exploratória, pesquisa-ação, etnográfica, entre outras, além das investigações de práticas pedagógicas e sobre a perspectiva dos alunos ou professores a respeito de questões educacionais (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023, p. 4)

Diante disso, para este estudo de caso, optamos pela abordagem qualitativa, pois ela possibilita uma investigação aprofundada das nuances e complexidades do objeto de estudo, capturando aspectos que os métodos quantitativos não conseguem abranger. Essa abordagem proporciona uma visão mais rica e detalhada dos temas investigados Lösch; Rambo; Ferreira (2023).

Por isso, utilizamos diferentes métodos, incluindo pesquisa documental e bibliográfica, que proporcionaram uma base teórica e contextual. Além disso, realizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas, permitindo uma análise mais ampla e reflexiva sobre os dados coletados. A combinação dessas técnicas permitiu uma compreensão abrangente dos aspectos qualitativos do fenômeno em estudo.

Inicialmente a coleta de dados se deu através da análise de documentos físicos e digitais para corroborar com o cenário da escola como por exemplo: dados relativos ao fluxo escolar, ata de encerramento do ano letivo e as legislações vigentes.

A pesquisa bibliográfica realizou-se através de fundamentos de estudos teóricos, onde se buscou dialogar com pesquisadores que tratam da temática e que corroboraram com a pesquisa, dedicando o tempo a leitura, destacando os pontos essenciais e buscando possível compreensão dos principais motivos do problema com fluxo na Escola.

Para a coleta de dados utilizamos como instrumentos questionários estruturados que foram aplicados aos 11 professores atuantes no ensino médio, porém obtivemos retorno de 8 profissionais, e a 35 alunos do Ensino Médio da escola, obtendo respostas de 19 discentes. Buscamos entrevistar alunos que deixaram de frequentar a escola, a fim de compreender melhor o contexto desta evasão. Identificamos e encontramos apenas 2 alunos que aceitaram responder ao questionário, porém, não recebemos retorno, mesmo após uma ida ao encontro e um contato telefônico. As questões utilizadas estão apresentadas nos questionários presentes nos anexos 1, 2, 3 e 4, adaptados de Silva (2017).

Os questionários apresentados têm como objetivo compreender os fatores que influenciam a permanência e o abandono escolar dos alunos da Escola Estadual de Santa Filomena, localizada em Santana do Manhuaçu. Para tanto, foram elaborados quatro instrumentos de pesquisa distintos, direcionados a grupos específicos de alunos e professores: (1) alunos que nunca abandonaram a escola, (2) alunos que abandonaram e retornaram, (3) alunos que abandonaram e não retornaram e (4) professores da escola. Neste contexto utilizamos apenas três questionários, pois, quando separamos os alunos que já abandonaram a escola em algum momento, verificamos que nenhum aluno se enquadrava nessa categoria.

Cada um desses questionários busca levantar informações sobre aspectos socioeconômicos, histórico escolar, percepção sobre a importância da educação e a

relação entre a escola e o aluno. O questionário voltado para os alunos que nunca abandonaram a escola investiga, entre outros aspectos, a estrutura familiar, o incentivo dos pais nos estudos e a percepção dos alunos sobre a qualidade do ensino e suporte oferecido pela escola. Já os questionários aplicados aos alunos que abandonaram a escola, tanto os que retornaram quanto os que não retornaram, buscam identificar os motivos que levaram à evasão, o tempo de afastamento e se houve alguma tentativa da escola de reverter essa situação. Por fim, o questionário destinado aos professores procura compreender a perspectiva dos docentes sobre a evasão escolar, as medidas adotadas para reduzi-la e o impacto das condições socioeconômicas dos alunos na permanência na escola.

Com essa pesquisa, pretendeu-se obter um diagnóstico das causas do abandono escolar e das razões que levam alguns alunos a permanecerem na escola, enquanto outros a deixam temporariamente ou de forma definitiva. Os resultados poderão auxiliar na formulação de estratégias pedagógicas e institucionais mais eficazes para reduzir a evasão escolar, bem como aprimorar as ações voltada para garantir a permanência dos estudantes na educação básica.

Espera-se ter uma visão mais clara sobre os desafios enfrentados pelos alunos e professores no que tange à permanência escolar. Possibilitando a proposta de medidas concretas para melhorar o ambiente escolar, fortalecer o apoio pedagógico e emocional aos estudantes e garantir que a escola se torne um espaço mais acolhedor e motivador para todos. O entendimento das motivações e dificuldades dos alunos que abandonaram a escola também permitirá que sejam criadas estratégias para incentivar seu retorno e continuidade nos estudos.

Assim, essa pesquisa tem o potencial de contribuir significativamente para melhorar o fluxo escolar e para o fortalecimento do ensino médio na Escola Estadual de Santa Filomena, impactando positivamente o futuro educacional e profissional dos estudantes.

Essa compreensão possibilitou a elaboração um Plano de Ação Educacional (PAE), que inclui estratégias específicas para abordar as questões identificadas. O plano busca implementar intervenções que promovam a permanência dos alunos, como a criação de programas de apoio acadêmico, incentivo à participação dos pais na vida escolar e atividades que estimulem o engajamento dos estudantes. Dessa

forma, o PAE visa melhorar o fluxo e criar um ambiente educacional mais acolhedor e motivador.

3.2.1 Coleta e análise de dados

A coleta de dados realizada neste estudo visa fornecer uma visão sobre os fatores que influenciam o fluxo escolar no Ensino Médio da EESF. Para entender as razões da evasão escolar, foram aplicados questionários a dois públicos principais: os alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio e os professores da escola que atuam no nível de ensino. A amostra de alunos foi composta por 35 estudantes, dos quais 19 participaram efetivamente da pesquisa. Esta amostra foi analisada para compreender as principais dificuldades que esses estudantes enfrentam, considerando aspectos socioeconômicos, acadêmicos e emocionais que podem impactar sua permanência na escola.

Em paralelo, também foram coletados dados junto aos docentes, com a participação de 8 professores dos 11 que atendem ao EM da instituição. As respostas obtidas dos professores fornecem uma perspectiva da visão dos professores sobre as questões que afetam o desempenho dos alunos e sobre a evasão escolar. A análise das respostas dos docentes inclui questões relacionadas ao abandono escolar, reprovação, dificuldades de aprendizagem, e estratégias que podem ser implementadas para melhorar a permanência dos estudantes.

A primeira parte da pesquisa, referente aos alunos, apontou informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes, sendo a maioria proveniente da zona rural e com uma renda familiar abaixo de um salário mínimo. Já a análise das respostas dos professores focou em suas percepções sobre as causas da evasão escolar e as possíveis soluções, levando em conta o impacto de suas práticas pedagógicas no processo educacional.

Através da coleta e análise de dados de ambos os grupos, conseguimos as percepções das causas da evasão e identificar os pontos críticos que afetam tanto os alunos quanto os professores, corroborando com as próximas etapas de desenvolvimento de estratégias de intervenção. Essas informações foram utilizadas para criar ações que possam melhorar o fluxo escolar e promover um ambiente mais favorável à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes.

3.2.2 Análise dos fatores sociais e acadêmicos que influenciam o fluxo no Ensino Médio

A análise dos dados sobre o fluxo escolar dos alunos, coletados na pesquisa com alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da EESF (ver anexo 1), permite compreender melhor os fatores que podem influenciar a evasão escolar e os desafios enfrentados pelos estudantes. A partir das respostas obtidas, divididas em diferentes eixos temáticos, surgiram várias questões relacionadas ao contexto social, econômico, acadêmico e emocional dos alunos.

Em termos de características demográficas e sociais, a maioria dos alunos é jovem, com idades variando de 15 a 19 anos, sendo a faixa etária predominante a de 15 a 17 anos, o que é esperado para o Ensino Médio. A amostra é composta predominantemente por alunas do sexo feminino, representando cerca de 73,7% dos participantes, enquanto os alunos do sexo masculino correspondem a 26,3%. Em relação à residência, a grande parte dos alunos (68,4%) reside na zona rural, o que pode refletir desafios adicionais, como a distância da escola, enquanto 31,6% dos alunos moram em áreas urbanas.

Quando analisamos a percepção dos alunos sobre a escola e o acolhimento, a pesquisa revela que, em sua maioria, os alunos se sentem acolhidos pela escola (89,5%). Esse dado é positivo, indicando que a instituição tem cumprido seu papel de proporcionar um ambiente receptivo e seguro para a aprendizagem. Além disso, a maioria dos alunos (94,7%) recebe incentivo dos pais para continuar os estudos, o que pode ser um fator de apoio fundamental para a permanência na escola. No entanto, é importante notar que uma pequena porcentagem de alunos não responde a essas questões de forma positiva, o que pode indicar casos de desmotivação ou falta de apoio familiar.

Quanto à situação socioeconômica, observa-se que aproximadamente 47,4% dos alunos têm uma renda familiar inferior a um salário mínimo per capita. Outros 36,8% indicam que sua renda familiar varia entre 1 e 2 salários mínimos. Este cenário econômico mostra que nenhum dos estudantes, apresentam renda familiar com mais de 2 salários mínimos per capita. O fato de 94,7% dos alunos ainda morarem com

seus pais sugere que, os alunos possuem algum tipo de estabilidade em suas vidas familiares, o que pode contribuir para a continuidade escolar.

No entanto, os dados revelam que muitos alunos já pensaram em abandonar a escola. Cerca de 31% dos participantes afirmaram que já consideraram a ideia de evasão. As principais razões para essa reflexão de abandono incluem a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar (26,3%), a dificuldade com as matérias escolares (15,8%) e a falta de interesse nos estudos (10,5%). Essa informação é preocupante, pois aponta para a sobrecarga de responsabilidades enfrentadas pelos alunos, que muitas vezes precisam conciliar os estudos com o trabalho, especialmente os que residem na zona rural.

Outro ponto importante é o apoio da escola. A maioria dos alunos (84,2%) percebe que a escola oferece suporte tanto para as dificuldades de aprendizagem quanto para aqueles que trabalham. No entanto, uma pequena parte dos alunos não compartilha dessa visão, o que sugere que, em algumas situações, a escola pode não estar atendendo adequadamente às necessidades desses estudantes, especialmente os que enfrentam dificuldades específicas, como a sobrecarga de trabalho.

Em suma, os dados da pesquisa revelam ainda que, embora haja apoio familiar e escolar, muitos alunos enfrentam desafios socioeconômicos que os colocam em uma situação vulnerável, onde a necessidade de trabalhar e as dificuldades acadêmicas podem levar ao abandono escolar. A falta de apoio percebido por alguns estudantes nas áreas de aprendizagem e no auxílio a quem trabalha são pontos críticos que precisam ser analisados mais profundamente. Neste contexto a qualidade da educação oferecida pelas instituições podem interferir no processo, pois,

A qualidade da educação se revelou como um fator importante, associado a maiores chances de aprovação e de continuidade dos estudos na transição do ensino fundamental para o ensino médio e ao longo desta etapa da escolarização. Esta é mais uma evidência de que a qualidade do ensino influencia positivamente o fluxo escolar entre alunos brasileiros, pelo menos entre os jovens (Souza, 2012, p. 34).

Esses fatores devem ser considerados ao planejar políticas e ações para reduzir a evasão escolar e garantir a permanência dos alunos na escola, oferecendo o suporte necessário para que possam superar as dificuldades e concluir seus estudos com sucesso.

Diante disso, apresentamos esta análise de dados sobre o fluxo escolar dos alunos do Ensino Médio da EESF, que foi realizada com 35 alunos da escola (14 no 1º ano, 7 no 2º ano e 14 no 3º ano), obteve respostas de 19 alunos. Isso significa que, apesar de o censo da escola no EM apresentar um total de 35 alunos, a amostra efetiva, a qual compõe os dados analisados, corresponde a pouco mais da metade da população escolar (54,3%).

Em termos de segurança da amostra, o fato de apenas 19 alunos terem respondido à pesquisa gera um ponto importante de análise. Embora os dados possam fornecer percepções importantes sobre a realidade da escola, a representatividade e a precisão da amostra precisam ser cuidadosamente avaliadas. Isso ocorre porque uma amostra de 19 alunos, apesar de ser uma parte significativa dos 35 alunos totais, ainda é uma quantidade pequena e pode não refletir todas as nuances da realidade escolar, principalmente se houver variações nas respostas entre os diferentes anos de escolaridade (1º, 2º e 3º anos) ou entre os grupos de gênero, que foram evidentes nas informações fornecidas (73,7% de alunas e 26,3% de alunos).

Quando a taxa de resposta é relativamente baixa, a margem de erro tende a aumentar, o que pode afetar a precisão das conclusões que se pode tirar. Como aponta Barbetta (2009), em estudos com amostras pequenas, é essencial considerar a possibilidade de viés na amostra, especialmente se a não-resposta não ocorrer de forma aleatória. Por exemplo, se a falta de resposta for mais comum entre um determinado grupo de alunos, isso pode distorcer a visão sobre a realidade escolar daquela turma.

Idealmente, uma amostra maior ou uma taxa de resposta mais alta poderia aumentar a confiança nas conclusões, tornando as informações mais robustas e aplicáveis a toda a população escolar Barbetta (2009). Para garantir uma maior segurança na análise dos dados e reduzir as limitações da amostra, buscamos alternativas como: maior prazo para devolução dos questionários, possibilidade de levarem para casa e trazer em outro dia, como formas de aumentar a taxa de resposta para que todos os grupos de alunos estivessem adequadamente representados.

Diante dessas considerações, a análise dos dados evidencia a complexidade dos fatores que impactam a trajetória escolar dos alunos, desde questões socioeconômicas até aspectos emocionais e acadêmicos. A percepção de apoio da

escola e da família é um elemento positivo, mas a presença de desafios como a necessidade de conciliar trabalho e estudo ainda se mostra um fator de risco para a evasão.

Estudos corroboram com as análises aqui realizadas, os dados mais encontrados na literatura tratam do abandono escolar, que neste trabalho foi considerado o termo utilizado pelo INEP (2010) que diz ser a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte. Neste contexto, Soares (2015) aborda o abandono escolar como um processo que afeta, principalmente, os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ele destaca que aqueles com menores condições econômicas, histórico de reprovação, baixo desempenho acadêmico, desinteresse e falta de motivação são os mais propensos a abandonar os estudos.

Para aprofundar essa discussão e obter um panorama mais abrangente, torna-se essencial compreender a perspectiva dos professores, que estão diretamente envolvidos no cotidiano escolar e podem oferecer percepções sobre os desafios e estratégias para garantir a permanência dos alunos. Assim, na próxima seção, apresentaremos a análise dos dados coletados junto aos docentes da EESF.

3.2.3 Análise das percepções dos professores sobre a evasão escolar: desafios e propostas para a melhoria da permanência no Ensino Médio

A pesquisa foi realizada com 11 professores da escola, dos quais 8 responderam ao questionário, enquanto 3 se abstiveram de participar. A ausência de respostas de parte dos docentes pode ter influenciado os resultados, mas as opiniões dos 8 professores que participaram ainda fornecem uma visão bastante representativa sobre o contexto escolar. As respostas obtidas abordam questões relacionadas ao abandono escolar, reprovação e dificuldades de aprendizagem, e revelam diversos aspectos importantes sobre a percepção dos docentes a respeito desses problemas.

Em relação ao abandono escolar, todos os professores que responderam ao questionário (100%) concordam que o abandono escolar é, de fato, um problema presente na escola. No entanto, metade dos entrevistados acredita que a questão não foi completamente resolvida pela instituição. Por outro lado, 62,5% dos professores afirmam que a escola realiza ações para combater o abandono escolar, mas 37,5%

discordam dessa visão, indicando uma divisão nas percepções sobre a eficácia dessas ações.

Quando questionados sobre a influência das ações dos professores na permanência dos alunos na escola, 75% dos entrevistados acreditam que as práticas pedagógicas dos docentes têm um impacto direto na continuidade dos alunos na escola. Esse dado sugere que o trabalho realizado pelos professores é considerado fundamental para a permanência dos alunos. Além disso, todos os professores (100%) mostraram preocupação em auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem, embora apenas 62,5% acreditem que a escola oferece, de fato, o suporte necessário a esses alunos.

Sobre a reprovação escolar, 75% dos professores percebem uma alta taxa de reprovação na escola, o que é visto como um problema. No entanto, quando questionados sobre a necessidade da reprovação para o processo de aprendizagem, 62,5% dos docentes consideram a reprovação como necessária, enquanto 37,5% discordam dessa visão. Essa divisão reflete diferentes pontos de vista sobre o papel da reprovação no aprendizado. Além disso, 87,5% dos professores afirmaram que os alunos desanimam após reprovações repetidas, o que demonstra um impacto emocional significativo da reprovação no engajamento dos estudantes. Neste contexto, os professores percebem que muitos alunos abandonam a escola por não encontrarem sentido na escolarização e por enfrentarem dificuldades socioeconômicas. Soares (2015, p. 770) reforça essa visão ao afirmar que, para os jovens em situação de risco, “não parece suficientemente claro para eles que o ganho obtido pelo esforço de completar essa etapa do ensino será devidamente recompensado”.

Em relação às causas do abandono escolar, os professores apontaram diversos fatores. A maioria (62%) reconheceu que muitos alunos abandonam a escola devido à necessidade de trabalhar para ajudar suas famílias, e ainda 87,5% acreditam que o abandono escolar está diretamente relacionado à falta de sentido percebida pelos alunos na escolarização. Este dado sugere que na percepção dos professores, muitos alunos não veem relevância na educação, o que pode ser um fator crucial para a evasão escolar. Neste sentido Coleman (1988 *apud* Tavares, 2018) contribui com essa análise ao afirmar que o capital cultural e social das famílias influencia

diretamente a trajetória educacional dos alunos, pois famílias mais escolarizadas e envolvidas na formação dos filhos aumentam suas chances de sucesso escolar.

Outros fatores, como o desinteresse pelos estudos (indicados por 37,5% dos professores) e a falta de afinidade com o ambiente escolar, também foram apontados como razões que contribuem para o abandono.

Em resumo, embora 3 professores tenham se abstido de responder, as opiniões dos 8 que participaram indicam que o abandono escolar ainda é um problema significativo na escola, com ações sendo realizadas para enfrentá-lo, mas ainda com desafios em relação à sua eficácia. A reprovação e as dificuldades de aprendizagem também são questões centrais para os professores, que veem a necessidade de revisão das práticas pedagógicas e do suporte oferecido aos alunos. Além disso, fatores externos, como a necessidade de trabalho e a falta de sentido percebida pelos alunos na escolarização, são destacados como motivadores do abandono escolar. Isso reforça a necessidade urgente de tornar a educação mais significativa e oferecer mais apoio aos alunos, de forma a garantir a permanência deles na escola e o sucesso acadêmico.

Na análise da última questão, que busca sugestões sobre como diminuir a evasão escolar, é possível observar que, dos 8 professores que responderam ao questionário, 2 se abstiveram de apresentar sugestões e apenas reafirmaram a existência do problema, sem adicionar comentários com sugestões. Os demais, no entanto, forneceram uma série de estratégias e ideias que envolvem diferentes aspectos do processo educacional e da relação da escola com a comunidade.

Entre as sugestões destacadas, a participação da família foi mencionada por vários professores como um fator crucial para a diminuição da evasão escolar. O Professor A sugeriu manter um relacionamento próximo com as famílias, enquanto o Professor B destacou a importância da maior participação dos pais e da conscientização dos alunos sobre a relevância de dar continuidade aos estudos. Esse tema também foi abordado pelo Professor G, que sugeriu maior acompanhamento dos pais ou responsáveis. Esses pontos indicam uma percepção comum entre os docentes de que o envolvimento familiar é fundamental para a permanência dos alunos na escola. Neste sentido, a importância da família na continuidade dos estudos é ressaltada por Soares (2015), ao destacar que o interesse e o incentivo familiar

podem ser decisivos para garantir a continuidade dos estudos, estimulando esforços necessários para a conclusão de qualquer etapa escolar.

Além disso, a participação de outras instituições foi ressaltada pelo Professor C, que sugeriu estabelecer parcerias entre a escola, a família, a igreja e outras organizações que possam contribuir positivamente para o processo educacional. A ideia de promover um trabalho conjunto entre diferentes esferas da sociedade foi considerada uma forma de fortalecer o apoio aos alunos.

A ideia de criar um ambiente escolar acolhedor foi igualmente mencionada por vários professores, como o Professor A, o Professor D, e o Professor H, que sugeriram a criação de um ambiente inclusivo, democrático e mais próximo dos alunos. Isso envolve a construção de um espaço onde os alunos se sintam respeitados, valorizados e motivados a continuar seus estudos. O Professor D também destacou a qualificação docente como uma medida importante para melhorar a qualidade do ensino e ajudar na diminuição da evasão, sugerindo que o investimento na capacitação dos professores seja uma prioridade.

Outro ponto relevante foi a inclusão de atividades que vislumbrem o mercado de trabalho, proposta pelo Professor D. Ele sugeriu a criação de oportunidades por meio de projetos e educação profissional, visando proporcionar aos alunos um olhar mais concreto sobre como a educação pode impactar suas futuras oportunidades de emprego. A ideia de tornar as aulas mais atraentes e de oferecer uma formação mais ligada à realidade do mercado de trabalho pode ser um fator motivador para que os alunos percebam a importância de continuar a escolarização.

Por fim, é importante observar que, apesar das ideias apresentadas, alguns professores não forneceram sugestões específicas, destacando apenas que o abandono escolar é um problema reconhecido. Isso pode refletir uma dificuldade em identificar soluções ou uma percepção de que a solução está além do controle da escola, podendo estar relacionada a questões sociais mais amplas.

Em resumo, as sugestões dos professores para combater a evasão escolar giram em torno de estratégias que envolvem a participação ativa da família, a qualificação docente, a criação de um ambiente escolar acolhedor, e a integração com outras instituições e o mercado de trabalho. Essas propostas visam não apenas melhorar o ensino em si, mas também envolver a comunidade escolar e outras partes

da sociedade no processo educacional, proporcionando aos alunos um suporte mais amplo e motivador para sua permanência na escola.

A análise dos dados coletados junto aos alunos evidenciou que fatores socioeconômicos, dificuldades acadêmicas e a necessidade de conciliar estudo e trabalho são desafios significativos para a permanência escolar. Embora a maioria dos alunos se sinta acolhida pela escola e receba incentivo familiar, ainda há um percentual considerável que enfrenta barreiras que podem levá-los à evasão. Essa percepção é reforçada pelos professores, que destacam a necessidade de maior apoio institucional e familiar, além de práticas pedagógicas mais engajadoras. Assim, torna-se essencial a formulação de um Plano de Atendimento Educacional que contemple ações estratégicas para minimizar os desafios identificados e fortalecer a permanência dos estudantes no Ensino Médio. A próxima seção abordará essa proposta, delineando medidas que possam contribuir melhoria do fluxo escolar.

4 PLANO DE AÇÃO PARA MELHORIA DO FLUXO NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL DE SANTA FILOMENA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um plano de ação estratégico voltado para a redução da evasão escolar e a melhoria do fluxo no Ensino Médio da Escola Estadual de Santa Filomena (EESF). É neste contexto que surge a necessidade de propor soluções para responder à questão inicial da pesquisa: "O que pode ser feito para melhorar o fluxo no Ensino Médio na Escola Estadual de Santa Filomena?" A partir da análise dos dados coletados junto aos alunos e professores, foram identificados os principais fatores que contribuem para o abandono escolar, tais como dificuldades socioeconômicas, desafios acadêmicos, e a necessidade de conciliar estudo e trabalho. Esses resultados também nos levam a refletir sobre os objetivos específicos da pesquisa, que incluem descrever a realidade da escola, analisar as causas da evasão escolar, e propor estratégias que ajudem a manter os alunos na escola de forma contextualizada com a realidade local.

Além disso, as percepções dos docentes sobre as práticas pedagógicas e o apoio institucional também foram levadas em consideração para a formulação das propostas. A partir de uma abordagem integrada e contextualizada com a realidade local, este plano busca enfrentar as dificuldades identificadas, ao mesmo tempo em que fortalece os aspectos positivos, como o acolhimento e o apoio familiar, que já demonstram ser fatores importantes para a permanência escolar. Para isso, serão elaboradas ações que envolvam a escola, a comunidade e as famílias, com a finalidade de criar um ambiente educacional mais inclusivo, atrativo e motivador para os alunos.

Neste capítulo, serão detalhadas as estratégias e ações que podem ser implementadas de forma gradual e contínua, visando não só a redução da evasão escolar, mas também a melhoria da qualidade de ensino, o fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade, e o desenvolvimento integral dos estudantes. Com base na análise das causas e desafios que surgiram durante a pesquisa, o plano de ação visa estabelecer soluções que alinhem a realidade da escola e os objetivos da pesquisa, promovendo uma mudança no ambiente escolar e no engajamento dos alunos. Para tanto o plano de ação contará com:

1. Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico

2. Reforço Escolar e Monitoria Acadêmica
3. Oficinas Profissionalizantes e Parcerias com outras instituições
4. Monitoria parental

A proposta visa garantir que todos os envolvidos no processo educacional compreendam a intencionalidade das ações voltadas para a permanência do aluno na escola. À luz do que foi exposto neste trabalho, a permanência do estudante na Escola Estadual de Santa Filomena deve ser encarada como uma missão institucional, sendo imprescindível o desenvolvimento de intervenções específicas com esse foco.

De acordo com Dore e Lüscher (2011), entender as causas - da evasão - é ponto crucial para encontrar soluções para o problema. No entanto,

[...] as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive. (Dore; Lüscher, 2011, p.776)

O problema da evasão escolar é de natureza educacional e social, e se apresenta como uma realidade recorrente.

Muitos estudantes relatam dificuldades em compreender o conteúdo exposto pelos professores e questionam a aplicação prática do que aprendem, ou seja, não veem sentido em permanecer na escola quando não entendem de que forma o conhecimento será útil em suas vidas. Ferreira (2001) destaca, como causas do abandono escolar, as mudanças e transformações que ocorreram na sociedade. Essas causas são classificadas a seguir:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação etc. Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez etc. Pais e responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horários para os estudos, agressão entre os alunos, violência etc. (Ferreira ,2001, p. 33)

O Plano de Ação Educacional (PAE) surge como uma estratégia para combater esses desafios, propondo ações de acolhimento, escolarização e socialização. Para a implementação do PAE, espera-se que a escola utilize seus recursos habituais de custeio, direcionando-os de forma eficiente para as ações estabelecidas no plano.

O período de execução do PAE será anual e permanente, com uma avaliação ao final do ano ou período letivo para verificar a eficácia das ações implementadas. A avaliação será conduzida com foco na medição do impacto das estratégias adotadas, como a permanência dos alunos, o aumento do engajamento escolar e a redução das taxas de evasão.

A adesão dos servidores da escola é fundamental para o êxito do plano. O gestor, em seu papel de liderança, terá a responsabilidade não apenas de motivar e mobilizar a equipe, mas também de criar uma atmosfera colaborativa, onde todos os profissionais se sintam parte do processo e compartilhem a visão de fortalecer a permanência dos alunos. Esse ambiente de cooperação é essencial para garantir que as ações de acolhimento, escolarização e socialização sejam implementadas de forma eficaz.

O presente PAE tem como objetivo geral a redução da taxa de evasão escolar, por meio da implementação de intervenções direcionadas que promovam o engajamento dos alunos e ofereçam suporte eficaz às suas necessidades educacionais e sociais. Suas ações são elaboradas com suporte da ferramenta 5W2H que

Consiste em uma maneira de estruturarmos o pensamento de uma forma bem organizada e materializada antes de implantarmos alguma solução no negócio. O 5W do nome correspondem às palavras de origem inglesa What, When, Why, Where e Who, e o 2H, à palavra How e à expressão How Much. Traduzindo: O quê, Quando, Por quê, Onde, Como, Quem e Quanto. Ou seja, quando nos depararmos com determinada tarefa, perguntaremos-nos cada uma dessas palavras e escreveremos as respostas. Essa ferramenta ajuda a melhorar a segregação de tarefas dentro de um processo e a ver, de maneira gerencial, como os processos estão se desenvolvendo (Behr; Moro; Estabel, 2008, p. 39).

Diante disso, citamos a primeira ação que será a criação Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico. O objetivo é criar uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação e de Saúde para possibilitar a intervenção e dar suporte à escola. Para tanto, a escola fará um diagnóstico com alunos em defasagem idade-série e com os infrequentes, públicos já identificados como possíveis desistentes.

Após a realização do diagnóstico, a escola implementará ações de acolhimento e suporte psicossocial, visando atender aos alunos que enfrentam dificuldades. As atividades de acolhimento serão realizadas por psicólogos e assistentes sociais, com

o objetivo de criar um espaço seguro e de escuta para os alunos, onde poderão expressar suas dificuldades. Para efetivar essa ação, a gestão irá tentar uma parceria com a faculdade de psicologia de Manhuaçu, e com o apoio da prefeitura municipal de Santana do Manhuaçu para eventuais visitas à faculdade ou apoio ao transporte dos profissionais até a escola. Além disso, com autorização dos pais ou responsáveis dos alunos menores de idade, será proposto a realização de atendimentos individuais para aqueles que apresentarem sinais de sofrimento emocional ou que necessitem de acompanhamento especializado. Essas ações de acolhimento ajudarão a fortalecer a conexão dos alunos com a escola, promovendo sua permanência e seu bem-estar.

Quadro 2 – Ação 1 – Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico

Elemento	Descrição
What (O que será feito)	Atendimento psicopedagógico para alunos em risco de evasão.
Why (Por que será feito)	Melhorar o bem-estar emocional e acadêmico dos alunos.
Where (Onde será feito)	Escola Estadual EESF.
When (Quando será feito)	Durante o ano letivo, com atendimentos mensais.
Who (Por quem será feito)	Psicólogo, assistente social e professores.
How (Como será feito)	Acompanhamento individual e em grupo, palestras e oficinas. Reuniões bimestrais com os pais ou responsáveis; Palestra uma vez no ano: contratar palestrante com recurso de termo de compromisso próprio firmado pela SEE e Caixa escolar.
How much (Quanto custará)	Baixo custo, item oferecido pela SEE através de termo de compromisso. Sem custos: utilizando recursos humanos da rede pública ou privada através de parcerias.

Outro ponto fundamental será o Reforço Escolar e Monitoria Acadêmica, sendo realizada a adaptação do currículo, com a utilização de métodos pedagógicos diversificados, como o uso de tecnologias educacionais, jogos pedagógicos e grupos de estudo, a fim de tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível a todos os alunos.

Simultaneamente, será incentivada a participação dos pais e da comunidade escolar. Para fortalecer essa parceria, a escola organizará encontros bimestrais com os pais, com o objetivo de apresentar as ações da escola, discutir o progresso dos alunos e ouvir as demandas das famílias. Essas reuniões serão um espaço de construção conjunta, onde a colaboração entre a escola e as famílias será promovida. Também serão realizadas atividades de integração entre a escola e a comunidade, como eventos culturais e palestras educativas, para aproximar todos os envolvidos e reforçar a importância da educação.

Quadro 3 – Ação 2 – Reforço Escolar e Monitoria Acadêmica

Elemento	Descrição
What (O que será feito)	Aulas de reforço e mentoria com alunos de melhor desempenho auxiliando colegas com dificuldades.
Why (Por que será feito)	Melhorar o desempenho acadêmico e engajamento dos alunos.
Where (Onde será feito)	Salas de aula e biblioteca da escola.
When (Quando será feito)	Durante o ano letivo, com encontros semanais.
Who (Por quem será feito)	Professores, alunos mentores e voluntários.
How (Como será feito)	Organização de grupos de estudo, materiais didáticos e incentivo à participação ativa.
How much (Quanto custará)	Baixo custo, utilizando matéria de custeio da escola, infraestrutura existente e voluntários.

Fonte: Ferramenta 5W2H – elaborado pelo autor

Para a terceira ação, Oficinas profissionalizantes e parcerias com outras instituições, a escola oferecerá uma oficina anual e uma visita à feira de profissões realizadas pelas faculdades descritas no quadro 4.

Quadro 4 – Ação 3 – Oficinas Profissionalizantes e Parcerias com outras instituições

Elemento	Descrição
What (O que será feito)	Cursos e oficinas para capacitação profissional dos alunos.
Why (Por que será feito)	Criar oportunidades de inserção no mercado de trabalho e motivação para a continuidade dos estudos.
Where (Onde será feito)	Escola e empresas parceiras.
When (Quando será feito)	Durante o contraturno escolar, ao longo do ano.
Who (Por quem será feito)	Empresas locais, professores e instrutores voluntários.
How (Como será feito)	Parcerias para disponibilização de cursos técnicos e oficinas práticas.
How much (Quanto custará)	Baixo custo, item oferecido pela SEE através de termo de compromisso. Sem custos: utilizando recursos humanos da rede pública ou privada através de parcerias.

Fonte: Ferramenta 5W2H – elaborado pelo autor

Dando continuidade ao plano de ação, a quarta ação propõe o desenvolvimento da Monitoria Parental. Essa ação tem como foco aproximar as famílias do cotidiano escolar, promovendo uma relação de parceria entre escola e responsáveis, o que contribui significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico e da permanência dos alunos na escola, sendo detalhada no quadro 5.

Quadro 5 – Ação 4 – Monitoria parental

Elemento	Descrição
What (O que será feito)	Implementação de uma monitoria parental para fortalecer a participação da família no acompanhamento escolar dos alunos.
Why (Por que será feito)	Promover maior engajamento dos responsáveis na vida escolar dos alunos, contribuindo para o rendimento, comportamento e redução da evasão.
Where (Onde será feito)	Escola Estadual EESF e canais digitais (WhatsApp, e-mail, plataforma de acompanhamento).
When (Quando será feito)	Durante o ano letivo, com reuniões mensais e comunicação contínua.
Who (Por quem será feito)	Equipe gestora, coordenação pedagógica, professores e responsáveis pelos alunos.
How (Como será feito)	Reuniões mensais presenciais ou online com os pais; envio de boletins e informativos periódicos; criação de grupos de comunicação; palestras e rodas de conversa.
How much (Quanto custará)	Sem custos: uso de recursos humanos e estrutura da escola; possibilidade de apoio de parceiros locais e voluntários para eventos pontuais.

Fonte: Ferramenta 5W2H – elaborado pelo autor

Por fim, o monitoramento e a avaliação das ações serão realizados de forma contínua, com o objetivo de medir sua eficácia e garantir que os resultados esperados sejam alcançados. A escola fará uma avaliação semanal para analisar a frequência dos alunos, e bimestralmente o desempenho acadêmico e o impacto das ações de

acolhimento e apoio. Com base nessa avaliação, o plano será ajustado e as estratégias serão revisadas, assegurando que as ações permaneçam alinhadas às necessidades dos alunos e da comunidade escolar.

O acompanhamento das ações será feito em consonância com quadro 6.

Quadro 6 – Cronograma de acompanhamento das ações

Ação	Responsáveis	Período de Execução	Recursos Necessários
Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico	Gestor escolar Especialista em educação básica do turno da noite	Início: mês de março Período de duração anual	Baixo custo, item oferecido pela SEE através de termo de compromisso. Sem custos: utilizando recursos humanos da rede pública ou privada através de parcerias.
Reforço Escolar e Monitoria Acadêmica	Especialista em educação básica do turno da noite; Professor; Voluntários	Anual	Baixo custo, utilizando matéria de custeio da escola, infraestrutura existente e voluntários
Oficinas Profissionalizantes e Parcerias com outras instituições	Gestor escolar	Uma palestra em abril; Oficina em junho; Visita à faculdade em novembro.	Baixo custo, item oferecido pela SEE através de termo de compromisso. Sem custos: utilizando recursos humanos da rede pública ou privada através de parcerias.

Fonte: elaborado pelo autor

Espera-se que, com a execução desse plano, a escola consiga reduzir a evasão escolar, melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, aumentar a participação das famílias no processo educativo e fortalecer o engajamento dos alunos nas atividades escolares. A implementação bem-sucedida desse plano depende da colaboração de todos os envolvidos, sendo a liderança da gestão escolar e o comprometimento dos professores, funcionários e pais essenciais para o sucesso dessa proposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender os fatores que influenciam o fluxo escolar no Ensino Médio da Escola Estadual de Santa Filomena, com foco nos desafios enfrentados pelos alunos e nas percepções dos professores sobre a evasão escolar. Através de uma abordagem qualitativa, buscamos analisar as complexidades desse fenômeno, considerando aspectos socioeconômicos, acadêmicos e institucionais.

Os dados coletados junto aos alunos revelaram em suas percepções, que a evasão escolar é influenciada por múltiplos fatores, incluindo a necessidade de conciliar trabalho e estudo, dificuldades acadêmicas e a falta de perspectiva sobre a relevância da escolarização. Além disso, a pesquisa indicou que, embora a maioria dos estudantes se sinta acolhida pela escola e receba incentivo familiar para continuar os estudos, uma parcela significativa enfrenta barreiras estruturais que podem levar ao abandono escolar. Neste sentido, Souza et al. (2012) destacam que a qualidade do ensino tem um papel central na continuidade dos estudos, uma vez que um ensino mais estruturado e contextualizado reduz as chances de evasão ao aumentar o engajamento e a motivação dos alunos.

A análise das respostas dos professores evidenciou que a evasão escolar continua sendo uma preocupação na instituição, com divergências sobre a eficácia das medidas já implementadas. Os docentes destacaram a importância de um ambiente escolar acolhedor, a necessidade de maior envolvimento familiar e institucional e a relevância da qualificação docente como elementos-chave para a permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, Soares (2015) ressalta que alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica tendem a abandonar a escola quando não percebem benefícios concretos em sua trajetória educacional, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas mais inovadoras e alinhadas à realidade desses estudantes.

Diante desses achados, torna-se fundamental a implementação de estratégias para reduzir a evasão escolar e melhorar o fluxo dos alunos no Ensino Médio. O Plano de Ação Educacional (PAE) proposto nesta pesquisa apresenta medidas para fortalecer o vínculo entre escola, alunos e comunidade, por meio de programas de

apoio acadêmico, atividades que estimulem o engajamento dos estudantes e maior participação da família no processo educativo.

O PAE estrutura suas ações em quatro frentes principais:

- Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico, que busca fornecer suporte emocional e acadêmico aos alunos em risco de evasão, por meio de parcerias com instituições de ensino superior e profissionais da área;
- Reforço Escolar e Monitoria Acadêmica, incentivando o desenvolvimento de grupos de estudo e a utilização de metodologias ativas para tornar o aprendizado mais acessível e dinâmico;
- Oficinas Profissionalizantes e Parcerias com Outras Instituições, promovendo a aproximação dos alunos com o mercado de trabalho e oferecendo alternativas concretas para sua qualificação profissional.
- Monitoria Parental, tendo como foco aproximar as famílias do cotidiano escolar, promovendo uma relação de parceria entre escola e responsáveis, o que pode contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e da permanência dos alunos na escola.

Além disso, sugere-se que políticas públicas considerem a realidade dos estudantes do Ensino Médio, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A integração entre escola e mercado de trabalho, por meio de programas de qualificação e orientação profissional, pode ser um diferencial para motivar os alunos a concluírem sua trajetória escolar.

O acompanhamento e a avaliação contínua das ações implementadas serão fundamentais para garantir sua efetividade. A escola deve monitorar a frequência dos alunos, garantindo que as intervenções e ações do plano sejam ajustadas conforme necessário.

Por fim, este estudo reforça a importância da continuidade de pesquisas sobre fluxo escolar, possibilitando diferentes olhares sobre os desafios enfrentados pelos estudantes e das melhores estratégias para garantir sua permanência e sucesso acadêmico. Esperamos que os resultados aqui apresentados possam contribuir para a construção de políticas educacionais mais eficazes e para o aprimoramento das práticas pedagógicas na Escola Estadual de Santa Filomena e em outras instituições de ensino que enfrentam desafios semelhantes.

Como perspectivas para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da investigação sobre a percepção dos professores em relação às medidas de apoio adotadas, analisando como as práticas pedagógicas e o ambiente escolar influenciam diretamente a permanência dos alunos. Além disso, seria relevante estudar o papel das famílias no processo educativo, especialmente com relação à monitoria parental, e como esse apoio familiar se relaciona com a colaboração da escola. Por fim, explorar como a integração das ações da escola com outras políticas públicas, como saúde e assistência social, pode potencializar os resultados na redução da evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ANDRADE, M. C; MOTTA, V. C. **A mídia e a produção do consenso em torno das políticas educacionais**: o caso do novo Ensino Médio. Revista De Políticas Públicas, v. 26, n. 1, p. 46-61, jul. 2022.

AZEVEDO, J. W. C. T. **A importância da educação para a sociedade**: um caminho para o desenvolvimento. Disponível em https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/7874157?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

BARBETTA, P. A. **Estatística para Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEHRI, A.; MOROII, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008.

BEZERRA, J. **Evasão escolar**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/evasao-escolar/>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2025.

BRANDÃO, C da F. **O ensino médio no contexto do plano nacional de educação**: o que ainda precisa ser feito. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/xfvLc9KjD6yC4QfvtgKfwYF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 02 de abril de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto nº 37.106**, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar.

_____. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas do PDE.

_____. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, 4 de novembro de 2010.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar.** Inep 2010. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar>. Acesso em 08 de dezembro de 2024.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica.** Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

_____. Ministério da Educação. **História.** Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia/1990-1999?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 04 de janeiro de 2025.

_____. **Lei N° 10172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 9 de janeiro de 2001.

_____. **Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009.** Brasília, 27 de outubro de 2009.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014-2024.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

_____. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e das outras providências.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez 1996.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018.** Institui o Programa Mais Alfabetização. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 fev. 2018.

_____. **Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016.** Institui o Programa Novo Mais Educação.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002:** Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

CAED. **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.** Disponível em <http://monitoramento.caedufjf.net/#/indicadores/qualidade?idInstituicao=31075825&idParticipante=2>. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

CARMO, H. C. do. **As repercussões do Programa Poupança Jovem nas experiências escolares de jovens egressos do ensino médio em Ribeirão das Neves.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/as-repercussoes-do-programa-poupanca-jovem-nas-experiencias-escolares-de-jovens-egressos-do-ensino-medio-em-ribeirao-das-neves%2C8524f256-c7f8-43bc-9981-cbf14e8c9034>. Acesso em 15 de janeiro de 2025.

COSSETIN, M.; GREGOL, V. P. de F.; PIENIAK, J. **As políticas educacionais para o ensino médio:** os caminhos para formação dos jovens. In: Seminário interinstitucional de pesquisa em educação da Região Sul, 2., 2017, Cascavel, Anais eletrônico. Curitiba: Kottler Editorial, 2018. p. 679-692. Disponível em https://www5.unioeste.br/eventos/anais/ANAIS_II_SIPERS_UNIOESTE_2018_e_book.pdf acesso em 02 de abril de 2024.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Cadernos de pesquisa, v. 41, n. 144. 2011.

FERREIRA, A. B. de O. **Mini Aurélio:** O dicionário da Língua Portuguesa. 6 Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2004.

FERREIRA, E. C. da S.; OLIVEIRA, N. M. de. **Evasão Escolar no Ensino Médio:** causas e consequências. ScientiaGeneralis 2675-2999v. 1, n. 2, p. 39-48. 2020.

FERREIRA, L. A. M. **Direito da criança e do adolescente:** direito fundamental à educação. Presidente Prudente – SP, 2001.

FIRJAN. **Obstáculos enfrentados pelos estudantes ao longo da educação básica. Combate à evasão no Ensino Médio.** Disponível em: <https://evasaoescolar.firjan.com.br/projeto/obstaculos>. Acesso em 30 abril de 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. IBGE. **Santana do Manhuaçu.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-do-manhuacu/panorama>. Acesso em 20 de maio de 2023.

FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA, C. S. **Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 218-236, jan./abr. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/txfPWnQ7TDLSpNkHYzmTgGQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em outubro de 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santana-do-manhuacu.html>, acesso em 11 de outubro de 2024.

KLEIN, L. F. **Educação Jesuíta e Pedagogia Inaciana**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

KRAWCZYK, N. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. – (Em questão, 6).

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Papamoa Press, 2018, 137 pag.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogiacrítico-social dos conteúdos**. 28ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA JUNIOR, P.; SILVEIRA, F. L. da; OSTERMANN, F. **Análise de sobrevivência aplicada ao estudo do fluxo escolar nos cursos de graduação em física: um exemplo de uma universidade brasileira**. Instituto de Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação**. Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>. Acesso em 07 de janeiro de 2025.

MARTINS, S. A.; SANTOS, F. S dos. **NOVO ENSINO MÉDIO: consequências e perspectivas para a formação dos jovens**. Revista Pedagógica, [S. l.], v. 23, p. 1–27, 2021. DOI: 10.22196/rp.v22i0.5786. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786>. Acesso em: 15 abril. 2024.

MELO, J. M. S. de. **História da Educação no Brasil**. Coordenação: Cassandra Ribeiro Joye. 2ª ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.170, de 5 de junho de 2009**. Institui o Programa Travessia, destinado à promoção do desenvolvimento social e econômico de municípios mineiros em situação de vulnerabilidade. Diário do Executivo, Minas Gerais, 5 jun. 2009.

_____. SEE/MG. **Resolução N° 1.033, de 17/01/2008**. Dispõe sobre a Implementação do Projeto de Aceleração da Aprendizagem “Acelerar para Vencer”, para Alunos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Minas Gerais. 2008.

_____. SEE/MG. **Resolução SEE nº 4.506/2021**. Instituiu “o ensino híbrido como modelo educacional para o ciclo dos anos letivos de 2020 -2021 e revoga dispositivos da Resolução SEE no 4.310, de 17 de abril de 2020 e da Resolução SEE no 4.329, de 15 de maio de 2020. Minas Gerais, 2021.

_____. **Lei nº 24.482, de 04/10/2023**. Institui a política estadual de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual. Minas Gerais, 2023.

_____. **Resolução SEE Nº 4.948/2024, 25 de janeiro de 2024**. dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais, 2024.

NASCIMENTO, D. L. do. **Os Jesuítas e a educação no Brasil Colônia**. 2022. 30 f. disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/69907/1/2022_tcc_dlnascimento.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2023.

NERY, C. IBGE. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. IBGE, 2024. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, F. L.I de; NÓBREGA, L. **Evasão escolar**: um problema que se perpetua na educação brasileira. Revista Educação Pública, v. 21, nº 19, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em 28 de dezembro de 2024.

PEREIRA, J.M. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, J. M. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

PILETTI, C.; PILETTI, N. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

QEDU. **Distorção idade-série**. Disponível em https://qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?7&brasil?ano=2022&dependencia_id=0&localizacao_id=0&ciclo_id=EM. Acesso em 03 de janeiro de 2025.

RAMOS, M. N. **A Pedagogia das Competências**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência, e da cultura**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004.

ROCHA, M. A. dos S. **A educação pública antes da independência**. In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 32-47, v. 1.

RODRIGUES, F. **A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões – esboço histórico, superiores, colégios, 1540-1934**. 2. Ed. Porto: Apostolado da Imprensa, 1935.

RUSCH, D. A. **As políticas educacionais para o ensino médio no Brasil: O retrocesso anunciado por meio da reforma do ano de 2017**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

SANTOS, M. C. S.; DELATORRE, L.; BRAGA, M. das G.; BONOLO, P. de F. **Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(6):2233-2247, 2019.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2011

_____. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. *Revista de Educação PUC Campinas*, Campinas, n.24, jun, 2008, p.7-16.

SILVA, L. A. F. da. **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na Escola Estadual Antônio Martins do Espírito Santo nas taxas de abandono do ensino médio**. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. **Educação básica no Brasil: avanços e desafios**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2017. 58-384. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/kJKwMjHPNYBLVD7VP8xXx9K/?lang=pt>. Acesso em 22 de julho de 2024.

SOARES J. F.; FONSECA, I. C. da; ÁLVARES, R. P.; GUIMARÃES, R. R. de M. **Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da prova Brasil 2005, 2007 e 2009**. UNESCO 2012. Disponível em

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216055>. Acesso em 03 de janeiro de 2025.

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. da S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLELLA, A. C. **Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCsDPPhbsYs5P/?format=pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2024.

SOUZA, A. P.; PONCZEK, V. P.; OLIVA, B. T.; TAVARES, P. A. **Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao percurso do Ensino Médio no Brasil**. Pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 42 | n. 1 | abr. 2012. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4916/1/PPE_v42_n02_Fatores.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em fevereiro de 2025.

TAVARES JÚNIOR, F.; SANTOS, J. R. dos; MACIEL, M. de S. **Análise da evasão no sistema educacional brasileiro**. 2016. Disponível em https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=-Gju-H0AAAAJ&citation_for_view=-Gju-H0AAAAJ:Y0pCki6q_DkC. Acesso em 26 de agosto de 2024.

TAVARES JÚNIOR, F.; MONT'ALVÃO, A.; NEUBERT, L. F. **Rendimento escolar e seus determinantes sociais no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia, Vo1 03, No. 06, Jul/Dez/2015.

TAVARES JÚNIOR, F. (Org.). **Rendimento educacional no Brasil**. Olps Gráfica, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/01/Livro-RENDIMENTO-EDUCACIONAL-NO-BRASIL__Miolo-Capa.pdf. Acesso em 26 de dezembro de 2024.

Teixeira, A. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 18 de setembro de 2024.

ANEXO A - Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que nunca abandonaram a escola

Prezado(a),

Sou mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora e este questionário tem por objetivo coletar informações para minha pesquisa, que trata do fluxo escolar no ensino médio. É importante ressaltar que sua identidade será mantida em sigilo. Conto com sua colaboração para compreender as causas do alto número de alunos que abandonam ou evadem da escola! Obrigado!

Flávio Belonato Landes

1. Qual sua idade? _____

2. Sexo

() Feminino

() Masculino

3. Você nasceu em Santana do Manhuaçu?

() Sim

() Não

4. Você cursou o ensino fundamental na Escola Estadual de Santa Filomena?

() Sim

() Não.

5. Você se sentiu acolhido quando iniciou o ensino médio nessa escola?

() Sim.

() Não.

6. Você trabalha atualmente?

() Sim

() Não

7. Você mora com seus pais?

- Sim
- Não
- Não, mas moro com outra pessoa responsável por mim.

8. Qual sua renda familiar média atual?

- menos de 1 salário mínimo em média por pessoa.
- entre 1 e 2 salários mínimos em média por pessoa.
- entre 2 e 3 salários mínimos em média por pessoa.
- entre 3 e 5 salários mínimos em média por pessoa.
- mais de 5 salários mínimos em média por pessoa.

9. Seus pais (ou responsáveis) incentivam você a estudar?

- Sempre
- Quase sempre
- De vez em quando
- Raramente
- Nunca

10. Você já foi reprovado alguma vez?

- Sim, uma vez.
- Sim, duas vezes.
- Sim, mais de duas vezes.
- Nunca fui reprovado.

11. A reprovação escolar é uma medida necessária para a aprendizagem.

Em relação a afirmação acima, você:

- Concorda
- Concorda mais que discorda
- Não concorda nem discorda
- Discorda mais que concorda () Discorda

12. Frequentar a escola é importante para a minha vida. Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

13. Há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias.

Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

14. Há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos que trabalham e estudam.

Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

15. Você já pensou alguma vez em abandonar a escola?

-) Sim, já pensei várias vezes.
-) Sim, já pensei algumas vezes.
-) Nunca pensei.

16. Na sua opinião, qual motivo poderia levar um aluno do ensino médio a abandonar a escola (marque apenas a alternativa que corresponder ao motivo que julgar mais relevante)?

- () Precisar trabalhar para auxiliar na renda da minha família.
- () Querer trabalhar para ter meu próprio dinheiro.
- () Não gostar de estudar.
- () Não gostar do ambiente da escola.
- () Ter sido reprovado muitas vezes.
- () O fato das aulas serem muito chatas.
- () O fato de as matérias serem muito difíceis.
- () Não ter amigos na escola.
- () A violência no bairro da escola.
- () Não reconhecer a necessidade de continuar na escola.
- () O fato de os professores ou equipe gestora não o tratarem bem na escola.
- () O fato de estar se saindo muito mal nas matérias.
- () Não conseguir se enturmar com os outros alunos.
- () Não haver atividades na escola que lhe mostrassem a importância da escola.
- () Outros. Quais?

ANEXO B – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola e retornaram

Prezado(a),

Sou mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora e este questionário tem por objetivo coletar informações para minha pesquisa, que trata do fluxo escolar no ensino médio. É importante ressaltar que sua identidade será mantida em sigilo. Conto com sua colaboração para compreender as causas do alto número de alunos que abandonam ou evadem da escola! Obrigado!

Flávio Belonato Landes

1. Qual sua idade? _____.

2. Sexo

() Feminino

() Masculino

3. Você nasceu em Santana do Manhuaçu?

() Sim

() Não

4. Você cursou o ensino fundamental na Escola Estadual de Santa Filomena?

() Sim

() Não.

5. Se não, você se sentiu acolhido quando iniciou o ensino médio nessa escola?

() Sim.

() Não.

6. Por quanto tempo você frequentou o ensino médio na Escola Estadual de Santa Filomena antes de decidir por abandonar a escola?

- menos de um ano
- um ano
- entre um a dois anos
- dois anos
- entre dois a três anos

7. Você frequentou outra escola enquanto esteve fora da Escola de Santa Filomena?

- Sim
- Não

8. Por quanto tempo você ficou fora da escola até se matricular novamente para cursar o ensino médio na Escola Estadual de Santa Filomena?

- menos de 1 ano
- de 1 a 3 anos
- de 3 a 5 anos
- mais de 5 anos

9. Você trabalha atualmente?

- Sim
- Não

10. Você mora com seus pais?

- Sim
- Não
- Não, mas moro com outra pessoa responsável por mim.

11. Qual sua renda familiar média atual?

- menos de 1 salário mínimo em média por pessoa.
- entre 1 e 2 salários mínimos em média por pessoa.
- entre 2 e 3 salários mínimos em média por pessoa.

- entre 3 e 5 salários mínimos em média por pessoa.
- mais de 5 salários mínimos em média por pessoa.

12. Seus pais (ou responsáveis) incentivam você a estudar?

- Sempre
- Quase sempre
- De vez em quando
- Raramente
- Nunca

13. Você já foi reprovado alguma vez na escola? () Sim, uma vez.

- Sim, duas vezes.
- Sim, mais de duas vezes.
- Nunca fui reprovado.

14. A reprovação escolar é uma medida necessária para a aprendizagem. Em relação a afirmação acima, você:

- Concorda
- Concorda mais que discorda
- Não concorda nem discorda
- Discorda mais que concorda
- Discorda

15. Frequentar a escola fez falta em minha vida e por isso retornei. Em relação a afirmação acima, você:

- Concorda
- Concorda mais que discorda
- Não concorda nem discorda
- Discorda mais que concorda
- Discorda

16. Há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias.

Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

17. Há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos que trabalham e estudam.

Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

18. Por que você abandonou a escola (assinale apenas a alternativa que corresponda ao principal motivo)?

-) Abandonei porque precisei trabalhar para auxiliar na renda da minha família.
-) Abandonei porque eu quis trabalhar para ter meu próprio dinheiro.
-) Abandonei porque não gostava de estudar.
-) Abandonei porque não gostava do ambiente da escola. () Abandonei porque já havia reprovado muitas vezes.
-) Abandonei porque as aulas eram muito chatas.
-) Abandonei porque as matérias eram muito difíceis.
-) Abandonei porque não tinha amigos na escola.
-) Abandonei por causa da violência no bairro da escola.
-) Abandonei porque não vi necessidade de continuar na escola.
-) Abandonei porque os professores ou equipe gestora não me tratavam bem na escola.
-) Abandonei porque eu estava indo muito mal nas matérias.
-) Abandonei porque não conseguia me enturmar com os outros alunos.

() Abandonei porque não houve atividades na escola que me mostrassem a importância da escola.

() Outros. Quais?

19. Antes de abandonar a escola você conversou com alguém para se aconselhar?

() Não, decidi sozinho.

() Não, porque não tinha ninguém para conversar sobre isso.

() Sim, alguém da minha família.

() Sim, alguém do meu trabalho.

() Sim, um amigo.

() Sim, alguém da equipe da escola.

20. Antes de retornar para a escola você conversou com alguém para se aconselhar?

() Não, decidi sozinho.

() Não, porque não tinha ninguém para conversar sobre isso.

() Sim, alguém da minha família.

() Sim, alguém do meu trabalho.

() Sim, um amigo.

() Sim, alguém da equipe da escola.

() Não

21. Haveria alguma coisa que a escola poderia ter feito para evitar que você não a abandonasse?

() Não

() Sim

Se respondeu sim, o quê?

ANEXO C – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola e não retornaram

Prezado(a),

Sou mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora e este questionário tem por objetivo coletar informações para minha pesquisa, que trata do fluxo escolar no ensino médio. É importante ressaltar que sua identidade será mantida em sigilo. Conto com sua colaboração para compreender as causas do alto número de alunos que abandonam ou evadem da escola! Obrigado!

Flávio Belonato Landes

1. Qual sua idade? _____

2. Sexo

() Feminino

() Masculino

3. Você nasceu em Santana do Manhuaçu?

() Sim

() Não

4. Você cursou o ensino fundamental na Escola Estadual de Santa Filomena?

() Sim

() Não.

5. Você se sentiu acolhido quando iniciou o ensino médio nessa escola?

() Sim.

() Não.

6. Por quanto tempo você frequentou o ensino médio na Escola Estadual de Santa Filomena?

() menos de um ano

- um ano
- entre um a dois anos
- dois anos
- entre dois a três anos

7. Você trabalha atualmente?

- Sim
- Não

8. Quando saiu da escola, você morava com seus pais?

- Sim
- Não
- Não, mas moro com outra pessoa responsável por mim.

9. Qual sua renda familiar média atual?

- menos de 1 salário mínimo em média por pessoa.
- entre 1 e 2 salários mínimos em média por pessoa.
- entre 2 e 3 salários mínimos em média por pessoa.
- entre 3 e 5 salários mínimos em média por pessoa.
- mais de 5 salários mínimos em média por pessoa.

10. Seus pais (ou responsáveis) incentivam você a estudar?

- Sempre
- Quase sempre
- De vez em quando
- Raramente
- Nunca

11. Você já foi reprovado alguma vez enquanto frequentava a escola?

- Sim, uma vez.
- Sim, duas vezes.
- Sim, mais de duas vezes.
- Nunca fui reprovado.

12. A reprovação escolar uma medida necessária para a aprendizagem. Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda () Discorda

13. Frequentar a escola faz falta atualmente em minha vida. Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

14. Havia por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias.

Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

15. Havia por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos que trabalhavam e estudavam.

Em relação a afirmação acima, você:

-) Concorda
-) Concorda mais que discorda
-) Não concorda nem discorda
-) Discorda mais que concorda
-) Discorda

16. Por que você abandonou a escola (assinale apenas a alternativa que corresponda ao principal motivo)?

- Abandonei porque precisei trabalhar para auxiliar na renda da minha família.
- Abandonei porque eu quis trabalhar para ter meu próprio dinheiro.
- Abandonei porque não gostava de estudar.
- Abandonei porque não gostava do ambiente da escola.
- Abandonei porque já havia reprovado muitas vezes.
- Abandonei porque as aulas eram muito chatas.
- Abandonei porque as matérias eram muito difíceis.
- Abandonei porque não tinha amigos na escola.
- Abandonei por causa da violência no bairro da escola.
- Abandonei porque não vi necessidade de continuar na escola.
- Abandonei porque os professores ou equipe gestora não me tratavam bem na escola.
- Abandonei porque eu estava indo muito mal nas matérias.
- Abandonei porque não conseguia me enturmar com os outros alunos.
- Abandonei porque não houve atividades na escola que me mostrassem a importância da escola.
- Outros. Quais?

17. Antes de abandonar a escola você conversou com alguém para se aconselhar?

- Não, decidi sozinho.
- Não, porque não tinha ninguém para conversar sobre isso.
- Sim, alguém da minha família.
- Sim, alguém do meu trabalho.
- Sim, um amigo.
- Sim, alguém da equipe da escola.

18. Você pensa em retornar para a escola?

- Sim, sempre
- Sim, às vezes
- Não

19. Haveria alguma coisa que a escola poderia ter feito para evitar que você não a abandonasse?

() Não

() Sim

Se respondeu sim, o quê?

ANEXO D – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos professores da Escola Estadual de Santa Filomena

Prezado(a),

Sou mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora e este questionário tem por objetivo coletar informações para minha pesquisa, que trata do fluxo escolar no ensino médio. É importante ressaltar que sua identidade será mantida em sigilo. Conto com sua colaboração para compreender as causas do alto número de alunos que abandonam ou evadem da escola! Obrigado!

Flávio Belonato Landes

1. Qual sua área de formação?

- Matemática História Física
 Língua Portuguesa Geografia Química
 Língua Estrangeira Artes Biologia
 Educação Física Outra: Qual? _____

2. Qual (ou quais) a(s) disciplina(s) que leciona no ensino médio na escola?

3. Há quanto tempo leciona esta(s) disciplina(s)?

- menos de 5 anos
 de 15 a 20 anos
 de 5 a 10 anos
 mais de 20 anos
 de 10 a 15 anos

4. Há quanto tempo leciona essa(s) disciplina(s) nessa escola?

- menos de 5 anos
 de 15 a 20 anos
 de 5 a 10 anos
 mais de 20 anos

() de 10 a 15 anos

Da questão 5 em diante os questionamentos estão organizados na forma de afirmativas e você deve marcar a opção que melhor representa sua opinião.

5. O abandono escolar é um problema que precisa ser ainda enfrentado no ensino médio em nossa escola.

- () Concordo
- () Concordo mais que discordo
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo mais que concordo
- () Discordo

6. O abandono escolar é um problema que já foi resolvido no ensino médio em nossa escola.

- () Concordo
- () Concordo mais que discordo
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo mais que concordo
- () Discordo

7. O abandono escolar no ensino médio é um problema em todo o país e por isso não cabe à escola gastar esforços com ele.

- () Concordo
- () Concordo mais que discordo
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo mais que concordo
- () Discordo

8. Periodicamente, a escola promove ações com vistas a minimizar o abandono escolar no ensino médio.

- () Concordo
- () Concordo mais que discordo
- () Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

9. Eu, em minha atividade docente, busco promover ações que possam influenciar os alunos na decisão de se manterem na escola.

Concordo

Concordo mais que discordo

Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

10. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque precisam trabalhar para ajudar na renda da família.

Concordo

Concordo mais que discordo

Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

11. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque desejam trabalhar para ter sua própria renda.

Concordo

Concordo mais que discordo

Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

12. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque não têm o acompanhamento dos pais ou responsáveis nos estudos.

Concordo

Concordo mais que discordo

Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

13. Há alta taxa de reprovação entre os alunos do ensino médio na escola.

-) Concordo
-) Concordo mais que discordo
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo mais que concordo
-) Discordo

14. A reprovação escolar é uma medida necessária para a aprendizagem.

-) Concordo
-) Concordo mais que discordo
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo mais que concordo
-) Discordo

15. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque desanimam quando são reprovados mais de uma vez.

-) Concordo
-) Concordo mais que discordo
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo mais que concordo
-) Discordo

16. Há da minha parte uma preocupação em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias.

-) Concordo
-) Concordo mais que discordo
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo mais que concordo
-) Discordo

17. Há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

18. Há da minha parte uma preocupação em auxiliar os alunos que trabalham e estudam.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

19. Há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos que trabalham e estudam.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

20. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque não gostam de estudar.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

21. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque não gostam do ambiente da escola.

- Concordo
- Concordo mais que discordo

- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

22. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque as matérias são muito difíceis.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

23. Os alunos do ensino médio abandonam a escola quando não conseguem fazer amigos no espaço escolar.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

24. Os alunos do ensino médio abandonam a escola por causa da violência no bairro no qual a escola se localiza.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo
- Discordo mais que concordo
- Discordo

25. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque não conseguem enxergar sentido na escolarização.

- Concordo
- Concordo mais que discordo
- Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

26. Os alunos do ensino médio abandonam a escola porque a escola não promove atividades que possibilitem a eles enxergarem um sentido na escolarização.

Concordo

Concordo mais que discordo

Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

27. Os alunos do ensino médio abandonam a escola quando se saem mal nas matérias.

Concordo

Concordo mais que discordo

Não concordo nem discordo

Discordo mais que concordo

Discordo

28. Deixe seu comentário sobre como diminuir o número de alunos que deixam de frequentar o Ensino Médio na escola.

APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **“UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FLUXO ESCOLAR E AS IMPLICAÇÕES DA QUALIDADE DO ENSINO EM UMA ESCOLA DE SANTANA DO MANHUAÇU-MG”**., orientada pelo(a) Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a realização da dissertação do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL, MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, de **Flávio Belonato Landes**, denominado aqui como “Pesquisador”, responsável pelas entrevistas e autor do trabalho. Nesta pesquisa pretendemos **compreender as causas do alto número de alunos que deixam de frequentar a escola.**

Caso você concorde em participar, vamos fazer uma **entrevista em forma de questionário** para ser respondido por você. Esta pesquisa não envolve nenhum risco. A pesquisa pode ajudar a **propor estratégias que ajudem a manter os alunos na escola de maneira contextualizada com a realidade local.**

Para participar deste estudo você não terá qualquer custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano advindo das atividades realizadas nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou não. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). O(A) pesquisador(a) não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo(a) pesquisador(a) responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais

de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Santana do Manhuaçu, _____ de dezembro de 2024.

Assinatura do Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) – Mestrado Profissional

Nome do Pesquisador Responsável: Flávio Belonato Landes

Fone: 33 98818-8384

E-mail: flavio.landes@educacao.mg.gov.br

O CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPP

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

**APENDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
ALUNO MENOR DE IDADE**

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **“UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FLUXO ESCOLAR E AS IMPLICAÇÕES DA QUALIDADE DO ENSINO EM UMA ESCOLA DE SANTANA DO MANHUAÇU-MG”**., orientada pelo(a) Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a realização da dissertação do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL, MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, de **Flávio Belonato Landes**, denominado aqui como “Pesquisador”, responsável pelas entrevistas e autor do trabalho. Nesta pesquisa pretendemos **compreender as causas do alto número de alunos que deixam de frequentar a escola.**

Caso você concorde em participar, vamos fazer uma **entrevista em forma de questionário** para ser respondido por você. Esta pesquisa não envolve nenhum risco. A pesquisa pode ajudar a **propor estratégias que ajudem a manter os alunos na escola de maneira contextualizada com a realidade local.**

Para participar deste estudo você não terá qualquer custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano advindo das atividades realizadas nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou não. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). O(A) pesquisador(a) não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo(a) pesquisador(a) responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais

de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. **Declaro ainda que sou menor de idade e que o responsável legal por mim, tem conhecimento da pesquisa e assinará este termo de consentimento junto com todos interessados.**

Santana do Manhuaçu, _____ de dezembro de 2024.

Assinatura do Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Eu _____, **responsável** pelo aluno:
_____, declaro ter conhecimento da pesquisa e assino este termo de consentimento junto com todos interessados.

Assinatura do responsável pelo aluno (participante)

Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) – Mestrado Profissional

Nome do Pesquisador Responsável: Flávio Belonato Landes

Fone: 33 98818-8384

E-mail: flavio.landes@educacao.mg.gov.br

O CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPP

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br